



Assembleia Nacional de Angola

Relatório da Primeira Comunidade de Práticas dos Atores Estatais do Sistema de Gestão de as Finanças Públicas

O CONTRIBUTO PARA AS AGENDAS 2030 E 2063

Agenda
2063







Assembleia Nacional de Angola

Relatório da Primeira Comunidade de Práticas dos Atores Estatais do Sistema de Gestão de as Finanças Públicas

O CONTRIBUTO PARA AS AGENDAS 2030 E 2063

Agenda
2063



Índice

Introdução	6
Resumo dos 3 módulos da Comunidade de Práticas	8
MÓDULO 1: O impacto da Transparência Orçamental na implementação dos ODS e Agendas 2030/2063 – Orçamentos-Programa & Contabilidade Patrimonial.....	10
Tema 1: Contexto global de financiamento do desenvolvimento e dos ODS – foco nos PALOP-TL.....	10
Tema 2: ODS e Agendas 2030/2063 e Orçamento Programa	11
CASO PRÁTICO: Integração das metas dos ODS e Orçamento Programa - Experiências de Cabo Verde e de Timor-Leste.....	12
Tema 3: A Contabilidade Patrimonial como Instrumento de Transparência Orçamental - O contributo possível para a implementação dos ODS	15
CASO PRÁTICO: Contabilidade Patrimonial- As experiências de Angola e São Tomé e Príncipe	17
MÓDULO 2: O papel dos Parlamentos na implementação e fiscalização dos ODS e Agenda 2063.....	20
Tema 4 O papel dos Parlamentos na implementação e fiscalização dos ODS e Agenda 2063.....	20
PAINEL DE DEBATE & DISCUSSÃO: Fortalecimento do papel dos Parlamentos nos ODS: Ferramentas, guias e curso online Pro PALOP TL-ISC	22
MÓDULO 3: As ISC e a Auditoria da Implementação dos ODS Desafios e boas práticas	25
Tema 5 As conclusões do primeiro Seminário EUROSAL-AFROSAL e o seu impacto para as ISC e a Agenda 2030/2063	25
Tema 6 A Ferramenta PFM-RF – Uma introdução ao Quadro de Referência e Iniciativas Piloto em Curso	27
CASO PRÁTICO: A aplicação da ferramenta PFM-RF pelas ISC dos PALOP – Resultados preliminares e impacto para a auditoria da implementação dos ODS	29
Tema 7: O modelo de auditoria coordenada aos ODS 14 & 15 das OLACEFS – Apresentação da metodologia e resultados.....	31
Diálogo das Políticas Públicas (DPP) palop-tl eu	32

Considerações Finais.....	34
A Carta de Luanda.....	36
Avaliação da Comunidade de Práticas	37
ANEXOS	39
ANEXO I: Ficha de Monitoria das Atividades	39
ANEXO II: Resultado Grupos de Trabalho	42
ANEXO II.1: Grupo de Trabalho 1.....	42
ANEXO II.2: Grupo de Trabalho 1.....	45
ANEXO III: Lista de Participantes	47

Introdução

De 27 a 29 de Janeiro de 2020, teve lugar na Sala Multiusos da Assembleia Nacional de Angola, em Luanda a primeira Comunidade de Práticas (CoP¹) dos Atores Estatais do Sistema de Gestão das Finanças Públicas do Pro PALOP TL ISC (FASE II), a qual teve como tema: “O Contributo para as Agendas 2030 e 2063 nos PALOP-TL”. A CoP foi organizada pelo Pro PALOP TL ISC, em parceria, com a Assembleia Nacional de Angola (ANA), entidade parceira e anfitriã.

A CoP constitui um mecanismo para promoção da cooperação sul-sul e triangular para a troca de experiências e aprendizagem entre pares dos atores do Sistema de Gestão das Finanças Públicas (SGFP) nos PALOP e Timor-Leste.

A CoP foi realizada aplicando uma modalidade de seminário e grupos de trabalho de alto nível no qual teve a participação dos Ministérios das Finanças (MoF), Instituições Superiores de Controlo (ISC) e os Parlamentos, dos PALOP e TL tendo como objetivos:

Promover a troca de experiência e aprendizagem entre pares envolvendo os principais atores do SGFP dos diferentes países PALOP-TL e o acesso às melhores práticas no domínio das Finanças Públicas;

Desenvolver capacidades de quadros técnicos do MoF, de juízes conselheiros e auditores das ISC e de deputados e staff de apoio dos Parlamentos com os ODS, no âmbito da implementação

das agendas 2030 e 2063 e da transparência orçamental e fiscal;

Familiarizar os quadros técnicos, juízes conselheiros, auditores e deputados com os resultados preliminares da implementação da ferramenta PFM-RFI e das auditorias coordenadas.

A Cerimónia foi dirigida por Sua Excia. 2ª Vice-Presidente da Assembleia Nacional, Suzana Augusta Melo. A União Europeia, esteve representado por Manuela Navarro e o PNUD, por Zeferino Teka.

Durante o discurso da cerimónia de abertura, a 2.ª Vice-Presidente da Assembleia Nacional, Suzana Augusta de Melo, realçou que o Estado angolano tem estado a implementar um conjunto de reformas estruturantes, no domínio da gestão e da governação económica, promovendo práticas de maior transparência nas contas públicas e reconheceu, contudo, que os ganhos alcançados têm tido um impacto directo na redução da corrupção e no reforço da probidade pública, pelo que considera de suma importância a promoção contínua do reforço da capacidade técnica e funcional das instituições.

Por seu turno, o Representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD), Zeferino Teka, alertou sobre a necessidade de otimização na utilização dos recursos financeiros, e reafirmou o compromisso do PNUD em Angola no que tange a promoção de soluções integradas para desafios complexos e interligados de desenvolvimento.

¹ CoP refere-se a uma expressão proveniente da língua inglesa que se refere a CoP porque em inglês é Community of Practices

Por último, Manuela Navarro, Representante da União Europeia, reafirmou o seu comprometimento, juntamente com os seus Estados-Membros, em assumir uma posição de liderança na execução da Agenda 2030 das Nações Unidas.

A Agenda dos 3 dias de trabalho assentou fundamentalmente na troca de experiências e no diálogo sobre os desafios e boas práticas no concernente à nacionalização das metas dos ODS e da Agenda 2063. Neste sentido, 3 grandes temas (modulo) foram definidos para agenda, nomeadamente:

O impacto da Transparência Orçamental na implementação dos ODS e Agendas 2030/2063 – Orçamentos-Programa & Contabilidade Patrimonial;

O papel dos Parlamentos na implementação e fiscalização dos ODS e Agenda 2063;

As ISC e a auditoria de implementação dos ODS – Desafios e boas práticas.

Para cada apresentação dos temas foram convidados especialistas e quadros experientes e de alto nível provenientes das instituições beneficiárias dos PALOP TL.



“... a transparência tem significado ganhos e mais benefícios para a economia, na governação e no desempenho fiscal, na redução de custos de endividamento e quiçá na redução da corrupção e reforço da probidade Pública... para que os objectivos sejam alcançados é fundamental reforçar a capacidade técnica e funcional das nossas instituições...”

Suzana Augusta Melo

2ª Vice- Presidente da Assembleia Nacional de Angola

Resumo dos 3 módulos da Comunidade de Práticas

O primeiro dia de trabalhos foi dedicado ao enquadramento teórico-prático sobre o primeiro grande tema relativo ao **“Impacto da Transparência Orçamental na implementação dos ODS e Agendas 2030/2063 – Orçamentos-Programa & Contabilidade Patrimonial”**. Para discutir o primeiro grande tema, ao longo do primeiro dia, foram apresentados 3 subtemas teóricos mais gerais, nomeadamente:

- Contexto global de financiamento do desenvolvimento e dos ODS – foco nos PALOP-TL;
- ODS e Agendas 2030/2063 e Orçamento-Programa; e
- A contabilidade patrimonial como

instrumento de transparência orçamental – o contributo possível para a implementação dos ODS.

O segundo dia foi dedicado a análise das experiências comparadas do tema relativo ao **Papel dos Parlamentos na implementação e fiscalização dos ODS e Agenda 2063**. Para esta sessão, os Parlamentos e demais atores estatais dos sistemas de gestão das Finanças Públicas, tiveram a oportunidade de partilhar as suas experiências e desafios para promover e assegurar o controlo político da implementação das Agendas 2030/2063 e das metas nacionais dos ODS. Neste grande tema, os participantes tiveram a oportunidade de discutir 2 subtemas, nomeadamente:

- O papel dos Parlamentos na implementação e fiscalização dos ODS e Agenda 2063;
- Fortalecimento do papel dos Parlamentos nos ODS: Ferramentas, guias e curso online Pro PALOP TL-ISC.

E o terceiro dia, foi dedicado ao tema relativo as **ISC e a auditoria da implementação dos ODS – desafios e boas práticas**. Neste tema, os participantes tiveram a oportunidade de refletir em torno dos desafios e as boas práticas na implementação dos ODS derivados da aplicação da ferramenta PFM-RF, bem como, da metodologia e dos resultados do modelo de auditoria coordenada aos ODS 14 & 15 das OLACEFS. Neste âmbito, 2 subtemas foram apresentados e discutidos, nomeadamente:



Ricardo Godinho Gomes, Conselheiro Técnico Principal / apresentação da agenda de trabalhos



Painel do tema 4 - O papel dos Paramentos na implementação e fiscalização dos ODS e Agenda 2063, apresentado pela Deputada Assembleia República Moçambique, Ivone Soares, Deputada, e pela Deputada da Assembleia Nacional de Angola, e representante da UIP, Idalina valente. Moderadora: Graça Sanches, Pro PALOP-TL ISC



Caso Prático do tema 6, a aplicação da ferramenta PFM-RF pelas ISC dos PALOP – resultados preliminares e impacto para a auditoria da implementação dos ODS. Painel composto por David Rocha, do Tribunal de Contas de Cabo Verde, Rodrigues Machelene, do Tribunal Administrativo de Moçambique e por Dadilson Correia, do Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe. Com a moderação da Maria Jesus Andrade do Pro PALOP-TL ISC

- As conclusões do primeiro Seminário EUROSAI-AFROSAI e o seu impacto para as ISC e a Agenda 2030/2063;
- A Ferramenta PFM-RF – uma introdução ao quadro de referência e iniciativas piloto em curso;

O modelo de auditoria coordenada aos ODS 14 & 15 das OLACEFS – apresentação da metodologia e resultados.

Ao longo dos 3 dias e de forma

transversal, através dos Grupos de Trabalho, foram realizadas discussões temáticas para alimentar o encontro relativo aos Mecanismo de Diálogo das Políticas Públicas (DPP) entre PALOP-TL e a União Europeia.

A seguir, são apresentados os principais resultados das discussões tidas durante a CoP por cada um dos grandes temas, dando enfoque aos aspetos chaves levantados, discussões e principais conclusões.

MÓDULO 1

O impacto da Transparência Orçamental na implementação dos ODS e Agendas 2030/2063 – Orçamentos-Programa & Contabilidade Patrimonial

Tema 1: Contexto global de financiamento do desenvolvimento e dos ODS – foco nos PALOP-TL

Orador: Ricardo Godinho Gomes PNUD/ Pro PALOP-TL SAI

Moderador: Josefina Pitra Diakitè Presidente da 3ª Comissão da AN de Angola

Na sua intervenção, o orador referiu que as mudanças nos ODS 2030 não estão a acontecer à escala ou ritmo desejável. Os ODS não podem ser implantados somente com as finanças públicas.

O orador destacou ainda que os principais desafios enfrentados pelos governos na implementação dos ODS são a falta de recursos adequados a serem alocados para a implementação das metas

definidas, a falta de dados estatísticos de boa qualidade quer para a programação, planificação, captação de informação, seguimento e avaliação, bem como, a falta de coerência entre a política e coordenação por parte de todos os governos, desde os planos estratégicos de desenvolvimento até aos planos operacionais locais, a falta de conhecimento e informação por parte dos grupos da sociedade civil e da sociedade em geral sobre os ODS, a falta de capacidade adequada no serviço público, falta de ligação efetiva entre os processos de planificação e orçamentação ao nível central do governo para transferir as metas do plano, do programa para o orçamento e os instrumentos de orçamentação e falta na agenda política inequívoca de apoio à implementação dos ODS.



O Pro PALOP-TL ISC é co-financiado pela União Europeia

Assembleia Nacional de Angola

COMUNIDADE DE PRÁTICAS DOS ACTORES ESTATAIS DO SISTEMA DE GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

2063

Os ODS exigem uma abordagem integrada para planeamento, financiamento e relatórios

O escopo e a ambição da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável são inéditos e exigirão:

- *novos modos de colaboração*
- *sistemas inovadores de incentivo que facilitem a acção intersectorial e a responsabilidade partilhada*
- *diferentes ministérios, agências, níveis de governo e partes interessadas não-governamentais*

27 a 29 de Janeiro de 2020 | Luanda - Angola

“Os principais desafios enfrentados pelos governos na fiscalização dos ODS so a falta de recursos adequados a serem alocados para a fiscalização das metas definidas.” (Ricardo Godinho Gomes, CTA Pro PALOP TL ISC)

DISCUSSÃO E DEBATE

Para montar e mobilizar parcerias público-privadas internacionais exige-se o empreendimento de reformas para serem competitivos, trabalhar bem o ambiente de negócios, promoverem a transparência e a regulação;

- A Falta de apoio político inequívoco constitui um dos desafios;
- Os ODS exigem uma abordagem integrada para planificação, financiamento e relatórios para a sua implementação;
- É preciso repensar a forma como estruturar a economia, que tem que passar pelo diálogo político. A dinamização da economia é fundamental;
- Os países devem focar as suas prioridades e estruturar a sua economia em função dessas prioridades;
- É necessário encontrar parcerias para financiamento da economia que não tenham de implicar dívida adicional;
- Parte do problema dos governos no contexto do desenvolvimento, tem a ver com as modalidades de financiamento. A complementaridade é fundamental;
- A cooperação sul-sul é importante;
- Há necessidade de reforçar a dinamização da economia.

Tema 2: ODS e Agendas 2030/2063 e Orçamento Programa

Oradores: Deputado António Gameiro - Assembleia da República de Portugal e professor da Pós-Graduação Pro PALOP-TL ISC/ISCTE e Gabriel Osório de Barros - Diretor de Serviço de Análise Económica do Gabinete de Estudos do Ministério de Economia de Portugal

Moderadora: Deputada Ruth Mendes - Presidente da 5.ª Comissão AN Angola

A as apresentações relativas a este tema, tiveram como enfoque o conceito de orçamentação por programas, as diversas fases envolvidas do processo de implementação, os modelos de implementação, a apresentação do exemplo de alguns países da OCDE, com um particular destaque para o caso de Portugal.

Ambos oradores partilham da mesma visão, segundo a qual o Orçamento por Programa é uma ferramenta que compreende um conjunto de indicadores de economia, eficiência e eficácia estabelecidos para avaliar a sua realização. Para a sua implementação é fundamental o papel desempenhado pela liderança de modo a garantir que haja uma adesão por parte de toda a Administração Pública.

Neste sentido, o Orçamento Programa constitui uma abordagem integrada e envolve meio de medição de desempenho. Cada programa corresponde a uma única classificação funcional e indicam os respetivos montantes financeiros. Os programas incluem também, indicadores económicos de eficiência e eficácia que permitem avaliar o desempenho.



O Pro PALOP-TL ISC é co-financiado pela União Europeia

Assembleia Nacional de Angola

COMUNIDADE DE PRÁTICAS DOS ACTORES ESTATAIS DO SISTEMA DE GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

2025

- Centralização da reforma do quadro orçamental;
- Forte liderança por parte do Primeiro-Ministro e do Ministro das Finanças para que haja uma adesão generalizada por parte de toda a Administração Pública;
- Deverão ser afetos à reforma do quadro orçamental os recursos humanos e materiais que a mesma exige;
- O executivo deverá estabelecer prioridades e definir um número limitado de objetivos operacionais para cada objetivo estratégico fixado para a legislatura. De outra forma, a gestão dos vários programas torna-se impraticável;

DISCUSSÃO E DEBATE

- O controlo da gestão tem que ter nas suas leis superiores sanções para responsabilização;
- O planeamento passa a ser uma fase do ciclo orçamental;
- Nas políticas públicas é importante ter uma base de dados de indicadores que permitam ao Estado programar e perceber como resolver os problemas;
- A ausência de um orçamento-programa afinado dificulta o conhecimento das ações prioritárias;
- A qualidade da despesa pública somente será efetiva quando for possível encontrar-se os problemas a resolver ao nível das comunidades;
- O rigor orçamental está intrinsecamente ligado à qualidade da despesa;
- É importante a criação de uma unidade técnica de gestão dos orçamentos;
- Necessidade de informações fiáveis e objetivas para inserção nos orçamentos-programa.
- A ausência de orçamentos-programas inviabiliza as ações prioritárias;
- A qualidade da despesa só será eficiente havendo conhecimento do que é necessário.

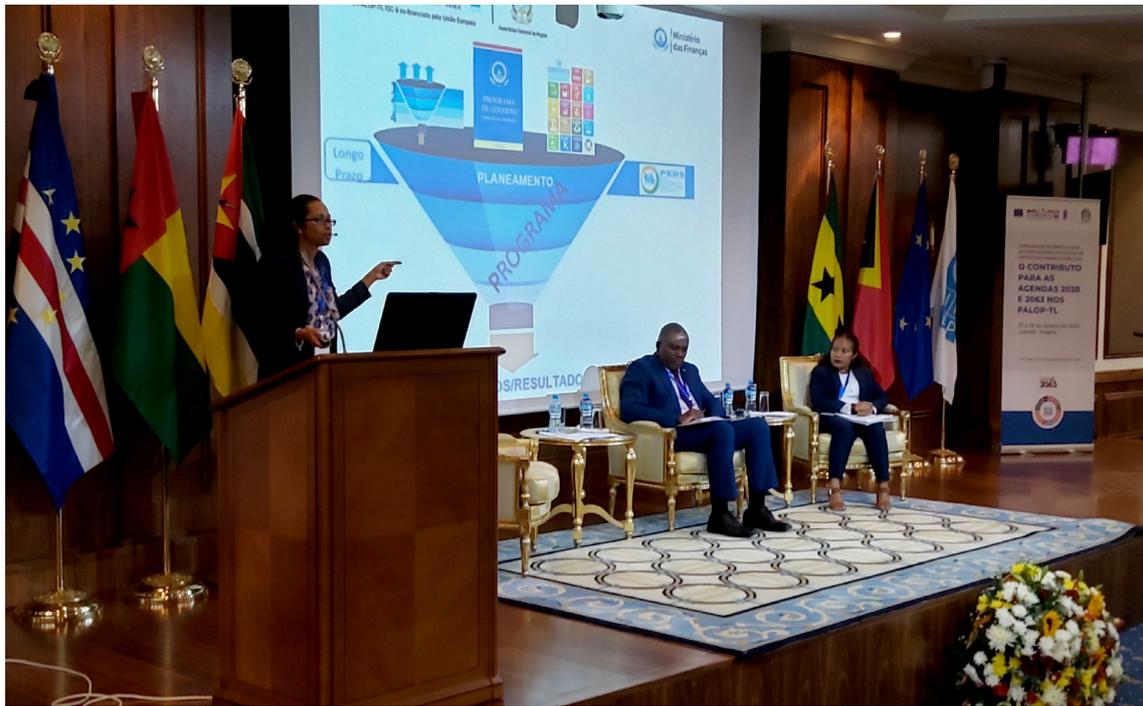
CASO PRÁTICO: Integração das metas dos ODS e Orçamento Programa - Experiências de Cabo Verde e de Timor-Leste

Oradores: Lidiane Nascimento - Directora Nacional do Orçamento e Contabilidade Pública do MF Cabo Verde e Adelaide Rosália Faria Correia - National Program Budgeting Adviser UPMA GPM Office (Chefe Equipa Social) Timor-Leste MF

Moderador: Levy Nazaré – Deputado Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe

Partilhando o Caso Prático de Cabo Verde, Lidiane Nascimento, referiu que o processo de introdução do Orçamento-Programa iniciou em 1998, por meio da Lei n.º 4, Lei de Enquadramento Orçamental. Argumentou que apesar de existência daquela prática, até 2011 ainda vigorava uma dicotomia entre orçamento na ótica programática e o orçamento na ótica tradicional. Ressaltou que naquele momento foram realizadas reformas sistémicas, que os conduziram a efectividade do Orçamento-programático. Depois de muitas tentativas fracassadas, apenas a partir de 2013, o Orçamento-programático começou a tornar-se eficaz, tendo em atenção os objectivos programados. Nesse período, foi elaborada a Lei de Base de Planeamento.

Ademais, os documentos estratégicos traçados nessa altura, foram elaborados cumprindo os planos internacionais, mas não os internos, dando origem em 2016 a um redimensionamento do modelo programático. Sublinhou que o Orçamento-programático trouxe ganhos valiosos, tais como a arbitragem dos recursos e a transparência para o seu País, porque apesar do país ser de rendimento médio, Cabo Verde, era um País com poucos recursos que teve de recorrer a vários empréstimos financeiros.



“O processo de introdução do Orçamento-Programa iniciou em 1998, por meio da Lei n. 4, Lei de Enquadramento Oramental.” (Lidiane Nascimento, Diretora Nacional do Orçamento e Contabilidade Pública do Ministério das Finanças de Cabo Verde)

No que se refere a experiência de Timor-Leste, Adelaide Correia, referiu que em 2012 foi aprovado pelo Parlamento, o Plano de Desenvolvimento Estratégico, cujo seu horizonte é de 20 anos. O Plano foi elaborado com um forte envolvimento de todos os sectores, inclusive, a sociedade civil.

Em 2016, segundo Adelaide Correia, foi criado o grupo de trabalho dos ODS, passando a funcionar no Gabinete do Primeiro-Ministro, cujo objectivo era alinhar as metas ao Plano de Desenvolvimento Sustentável.

Das 229 metas alinhadas ao Desenvolvimento Sustentável, Timor-Leste adoptou 110 por considerar que algumas não se adequavam ao contexto do país e outras não constituíam as suas prioridades.

Em 2019 surgiu a Lei de Base e numa primeira fase o foco recaiu nos Ministérios da Saúde, Educação e Serviços Sociais e Obras Públicas. Esta opção funcionou de forma muito satisfatória com o envolvimento de 85 Entidades, incluindo

o Gabinete do Presidente da República. E para a monitoria das metas nacionais foi dado um passo importantíssimo, com a introdução de um sistema eletrónico, que permite avaliar os avanços feitos trimestralmente.

FINANCING SDG Through Program Budgeting

Annual Plan

Expenditure	Activity	Performance Indicators	Baseline	Annual Target	Means of Verification	Division	PS	Budget 2020							Total
								Q1	Q2	Q3	Q4	B9	B5	MC	
SDG-1: GOOD HEALTH AND WELL-BEING - Goal 3: Ensure healthy lives and promote well-being for all at all ages															
SDP SUBSECTOR: HEALTH - By 2030, Timor-Leste will have a healthier population as a result of comprehensive, high quality health services accessible to all Timorese people. In turn, this will have reduced poverty, raised income levels and improved national productivity.															
Outcome: Citizens access to quality primary health care for all East Timorese Citizens															
Program 020: Primary health care		Outpatients visits per capita per year	2.4	2.7	Health Information System Report			\$17,810,882	\$3,828,247	\$876,000	\$5,724,264	\$281,000	\$38,661,193		
Subprogram 0201: Communicable Disease Control		Rate of TB and other respiratory								\$0	\$78,574	\$0	\$0	\$0	\$78,574
Activity 020102: Tuberculosis Case Detection at home		60%	70%	Health Information System Report						\$0	\$2,800	\$0	\$0	\$0	\$2,800
148 New diagnosed															
Total Budget:								\$23,891,818	\$14,722,896	\$2,882,000	\$5,792,264	\$1,282,000	\$58,413,095		

DISCUSSÃO E DEBATE

- Primeiros passos para a integração Planeamento/Orçamento em Cabo Verde foi por volta de 2004 – 2011;
- Até 2011 ainda vigorava uma dicotomia orçamental: por um lado, o Orçamento de Funcionamento – elaborado com a metodologia tradicional que se baseia na alocação de verbas a cada unidade orgânica (classificação econômica) e por outro, Orçamento de Investimento – Programa Plurianual de Investimentos Públicos (PPIP) baseado no conceito de Orçamento Programático;
- Houve várias tentativas fracassadas de introdução do Orçamento – Programa ao nível de Cabo Verde;
- 2004 – 2011 dão-se os primeiros passos para integração entre o Planeamento e Orçamento de forma a cumprir com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM);
- O processo de integração entre o Planeamento e Orçamento resultou no processo de desconcentração da elaboração do OE e respetiva execução, bem como, da revisão da Constituição da República em 2010 (artigo 94.º) e Revisão de Lei de Enquadramento OE;
- Entre 2011 – 2016 passa-se a ter uma abordagem programática integral do orçamento, o que permitiu: a) uma articulação efetiva entre o documento estratégico, o QDMP e o OE; b) obtenção de melhores elementos de gestão e controle do dinheiro público; c) maior transparência ao processo orçamental; d) melhor alocação de recursos; e) obtenção de dados para formulação de planos de médio e longo prazos.
- De 2017 – 2019, o país tem estado a investir no processo de avaliação e recentragem do modelo de Orçamento por Programa, por um lado e por outro, na otimização do modelo e fixação do quadro legal;
- Contudo, fruto do processo de reforma em curso, Cabo Verde tem sido agraciado com diversas menções honrosas por diversas entidades tais como: Social Progress Index – SPI; SDG Index; Corruption perceptions index 2019; Mo Ibrahim Index;
- No caso de Cabo Verde os desafios permanecem, particularmente no que concerne a consolidação do atual modelo e respetiva automatização, bem como, a extensão do mesmo para o nível local.
- No que tange ao caso de Timor Leste, a reforma para introdução do orçamento por programas foi efectuada no âmbito do 6º Governo Constitucional, iniciado em 2015 e tinha como objetivos: melhorar a prestação de contas e responsabilização; ligar os planos nacionais aos orçamentos anuais; reforçar os processos de planificação, orçamentação, execução e avaliação dos sectores ministeriais; melhorar o diálogo entre as políticas Públicas e seus progressos na relação com a implementação dos Plano Estratégico Nacional; apoio ao quadro fiscal de medio prazo de modo a gerir a sustentabilidade das finanças Públicas em Timor Leste;
- Timor Leste introduziu uma ferramenta para ligar os indicadores dos ODS aos programas do Governo; introdução de um sistema eletrónico de planeamento, monitoria e avaliação;
- A introdução do Orçamento-programa tem permitido o Governo de Timor Leste melhor financiar as ações que visam o alcance dos ODS, bem como, a monitoria do alcance das metas.

Tema 3: A Contabilidade Patrimonial como Instrumento de Transparência Orçamental – O contributo possível para a implementação dos ODS

Orador: Daniel Sanches – Tribunal de Contas de Portugal e Professor de Pós-Graduação em Finanças Públicas Pro PALOP TL ISC

Moderador: Kilamba Van-Dúnem – Deputado da AN Angola

O orador ressaltou que a contabilidade patrimonial é uma prática que remonta desde o século XIV, apesar de estar em voga nos tempos actuais, tendo o Estado, no topo, a organização, as pessoas e a informação devem jogar um papel primordial.

A Contabilidade Patrimonial enquanto ferramenta contabilística, gera impactos ao nível da transparência orçamental, originando a confiança entre o Estado e a sociedade.

A prestação de contas, segundo Daniel Sanches, constitui um princípio que atravessa a Agenda 2030. A Agenda 2030 estipula que os mecanismos de FuR (follow-up and review) devem promover o respeito aos direitos humanos e a responsabilização aos cidadãos.

Ademais, a Agenda 2063 dá prioridade à responsabilização e liga-a à transparência. Neste contexto, sendo a Contabilidade Patrimonial um instrumento que promove a transparência orçamental, a torna um elemento-chave capaz de contribuir na implementação dos ODS.

Segundo Daniel Sanches, a transparência e a previsão constituem as características fundamentais da Contabilidade Patrimonial.

O orador considerou ser fundamental a avaliação pormenorizada antes do planeamento, para aquele fim, é essencial conhecer a realidade onde se pretende

intervir para que não haja paralelismo em termos de custos e proveitos. Identificou algumas ameaças apresentadas pelos programas de contabilidade patrimonial.

Sobre os contributos para implementação dos ODS, Sanches sublinhou que a contabilidade patrimonial, constitui uma ferramenta chave para os processos de prestação de contas, bem como, para a promoção dos direitos humanos, entre outros. Apontou ainda que a confiança, responsabilidade e democracia, são palavras-chave quando se fala sobre a contabilidade patrimonial.

COMUNIDADE DE PRÁTICAS DOS ACTORES ESTATAIS DO SISTEMA DE GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

A contabilidade patrimonial como instrumento de transparência orçamental

Entidade económica	Entidade económica pública
Ente ou organização de meios que desenvolve uma atividade, dispondo para tal de um conjunto de meios que cria valor traduzido na produção e/ou comercialização de produtos e serviços, com o fim de alcançar, maioritariamente, o lucro.	Os recursos/meios são normalmente receitas obtidas sem contraprestação e de forma coerciva. Verifica-se uma sujeição ao regime orçamental... em que o orçamento constitui uma expressão dos objetivos e prioridades da entidade, e, bem assim, um mecanismo de controlo da regularidade financeira e conformidade legal.

27 a 29 de Janeiro de 2020 | Luanda - Angola

DISCUSSÃO E DEBATE

- A contabilidade patrimonial enquanto sistema contabilístico gera impactos, ao nível da transparência orçamental, da governance e da accountability, melhorando a relação entre o Estado e a sociedade;
- A contabilidade patrimonial obedece os princípios da “administração burocrática ou clássica” e do The New Public Service;
- O processo de prestação de contas é um princípio que atravessa a Agenda 2030 na medida em que a Agenda 2063 dá prioridade à aspetos atinentes a responsabilização e que se ligam à transparência;
- As decisões / conclusões alcançadas ou feitas sobre a concepção, implementação, monitOrçamento e avaliação da Agenda 2063 devem basear-se nos fatos no terreno;
- Os processos de adoção e implementação de sistemas contabilísticos devem prever (por uma questão de economia processual) as vertentes orçamentais, patrimoniais, financeiras e de custos de forma a garantir a qualidade e a mitigação dos riscos inerentes aos processos realizados em ambientes transacionais, como sejam os riscos de gestão, incluindo riscos de corrupção;
- A adoção da contabilidade patrimonial, como política pública, pode contribuir para obter impactos, designadamente, ao nível da transparência dos mercados, da gestão informacional e da accountability e contribui para que se registem melhorias na informação e na relação entre o Estado e a sociedade;
- Como parte do processo de implementação da Agenda 2030, há uma necessidade de criar um sistema de implementação, monitorização, avaliação, sustentado pela prestação de contas e transparência, de modo a garantir a obtenção das Aspirações da Agenda 2063;
- A confiança, responsabilidade e democracia constituem palavras-chaves para a contabilidade patrimonial, sem as mesmas o conceito fica diluído.

CASO PRÁTICO: Contabilidade Patrimonial – As experiências de Angola e São Tomé e Príncipe

Orador: Fernando Hermes, Bastonário da Ordem dos Contabilistas de Angola e Odar Guedez Menezes da Costa – Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul (MPFEA) de São Tomé e Príncipe

Moderador: Luís Carlos dos Santos Silva – Deputado AN de Cabo Verde

A experiência de Angola foi apresentada por Fernando Hermes, Bastonário da Ordem dos Contabilistas. Segundo Fernando Hermes, o processo de estabelecimento da Ordem dos Contabilistas de Angola passou por um longo percurso e com um impacto na profissão de Contabilista. Referiu ainda que só recentemente foram registados na Ordem, graduados especificamente em Contabilidade pelas Universidades em Angola. Porém existe ainda uma exiguidade de quadros formados e certificados face a demanda do país.

Segundo Fernando Hermes, os reguladores da profissão de Contabilistas tem sido o Banco Nacional de Angola, a Administração Geral Tributária, a Ordem dos Contabilistas de Angola, o Instituto de seguros de Angola e a Comissão de Mercado de Capitais. Em Angola, existe uma grande demanda relativamente a profissão de contabilistas e técnicos de contabilidade para o sector público, assim como, para o privado.

Em Angola, segundo referiu o Bastonário da Ordem dos Contabilistas, está criado o ambiente para introduzir os princípios de transparência nos processos de contabilidade. Apresentou vários projectos lançados pela Ordem para melhorar os processos contabilísticos em Angola.

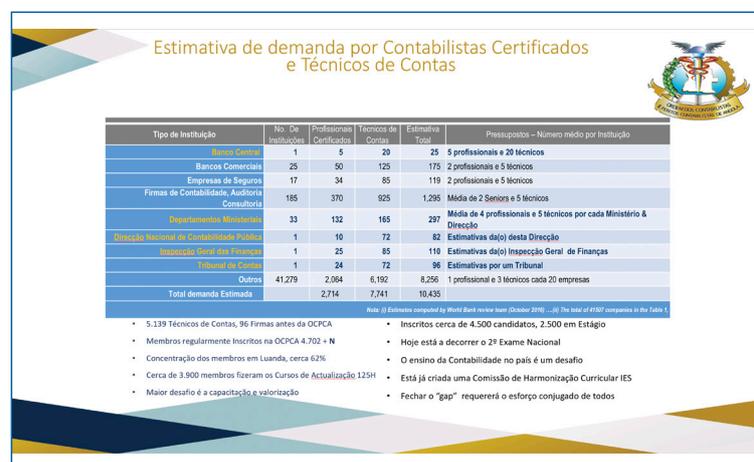
Fernando Hermes referiu-se ainda para o facto de a contabilidade patrimonial ser indispensável para garantir a transparência

orçamental e a Ordem dos Contabilistas de Angola esta empenhada em apoiar a respetiva implementação no país.

Relativamente ao caso de São Tomé e Príncipe, a experiência foi apresentada por Odar Menezes da Costa, quadro sénior do MPFEA de São Tomé e Príncipe, o qual apresentou a evolução histórica da reforma do Sistema de Gestão das Finanças Públicas em curso no país, incluindo todos aspetos ligados as operações contabilísticas.

Segundo Odar, a introdução da contabilidade patrimonial está diretamente ligada ao processo de Reforma do Sistema de Gestão das Finanças Públicas em curso desde 2005.

No contexto de São Tomé e Príncipe, apesar de se encontrar em curso um conjunto de reformas no âmbito do sistema de gestão de finanças Públicas, o formato dos demonstrativos apresentados na Conta Geral do Estado, cria limitações para a introdução da contabilidade patrimonial.



DISCUSSÃO E DEBATE

- Angola está em processo de criação de um ambiente para facilitar a implementação da transparência nos processos de contabilidade;
- Esta em curso em Angola um Projeto de concepção, desenho, implementação e monitorização de um programa que visa a modernização da gestão administrativo financeiro do Estado angolano através da definição de um modelo de relato assente nas estruturas públicas organizativas existentes, aplicação de estrutura conceptual assente nas IPSAS e reforço do conhecimento institucional interno;
- Se encontra também em curso o estabelecimento da Criação da Comissão Nacional de Normalização Contabilística Angolana (CNNCA), como um órgão público de natureza consultiva dotado de autonomia técnica e administrativa no qual estarão representados ao nível nacional, entidades de Públicas e privadas interessadas no domínio da contabilidade que terão como missão, emitir pareceres e recomendações, bem como, propor normas contabilísticas para o sector publico e privado com vista a alinhar com as normas internacionais e nesse contexto, a contabilidade patrimonial Pública será um dos aspetos a ter em conta;
- Angola realizou um diagnostico sobre a contabilidade pública que procedeu uma análise em termos de procedimentos; existência de informação; e identificou-se um conjunto de situações a serem verificadas para se garantir a implementar a contabilidade patrimonial;
- A Contabilidade Patrimonial é indispensável para garantir a transparência orçamental e a Ordem dos Contabilistas de Angola esta empenhada em apoiar;
- A Contabilidade Patrimonial em São Tome e Príncipe é utilizada como ferramenta para o processo de Prestação de Contas;
- Apesar dos aspetos positivos da introdução da Contabilidade Patrimonial em São Tome e Príncipe, existe um conjunto de limitações, a destacar: a ligação entre o SAFE-e e módulo de Gestão de Património; a base de dados de Gestão Património do Estado; o sistema de pagamento eletrónico; a ligação entre o SAFE-e e a Base de dados de Gestão da Dívida Pública; e o balanço patrimonial conforme a sua estrutura.

ODS e Agenda 2063, bem como, o controlo externo pelas ISCs e fiscalização parlamentar;

(Re)pensar em formas inovadoras e sustentáveis para identificação de oportunidades nos países que contribuam para identificação de recursos para o financiamento da implementação dos ODS e Agenda 2063 (sector privado...empreendedorismo social...etc.);

Orcamento Programa como mecanismo / ferramenta para garantir a melhoria da qualidade do processo de planeamento e execução das despesas Públicas;

Desafios dos países relativamente a implementação do Orcamento Programa (execução / controlo externo e fiscalização);

Contabilidade Patrimonial constitui um instrumento de transparência orçamental capaz de contribuir positivamente para implementação dos ODS.

MÓDULO 2

O papel dos Parlamentos na implementação e fiscalização dos ODS e Agenda 2063

Tema 4 O papel dos Parlamentos na implementação e fiscalização dos ODS e Agenda 2063

Oradores: Maria Ivone Rensamo Soares – Deputada Assembleia da República de Moçambique e Maria Idalina Valente – Deputada Assembleia Nacional de Angola

Moderadora: Graça Sanches, Oficial Nacional para o Empoderamento da Mulher e Orçamentação sensível ao género PNUD / UGP Pro PALOP TL

A Deputada Maria Ivone Soares procedeu a uma breve descrição sobre o papel formal e real dos Parlamentos. Na sua opinião relativamente ao processo orçamental, os governos não caminham no sentido da erradicação da pobreza. Defendeu que os africanos devem apostar na construção de instituições fortes e não na criação de indivíduos fortes, acima das instituições.

Maria Ivone Soares, sublinhou que os deputados devem saber que estão nos

Parlamentos para defender os interesses dos cidadãos e não interesses de grupos. Foi de opinião que as Comissões Parlamentares do Orçamento, deveriam ser lideradas por deputados da oposição. Para finalizar, disse que os interesses dos partidos não devem estar acima do interesse do país.

Por seu turno, a Deputada Idalina Valente lembrou que a Agenda 2063 foi aprovada em 2013, com 7 aspirações que constituem a base para uma série de objetivos e metas que se propõe materializar. Idalina Valente, referiu que a Agenda 2030 surgiu com o objetivo de acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos e proteger o ambiente e combater as alterações climáticas, com 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, como a continuidade de desenvolvimento do milénio.

Para Idalina Valente, os parlamentos estiveram fortemente envolvidos



“A estrutura do OGE de Angola não permite ainda ter uma visibilidade clara e discriminada sobre a execução das actividades que contribuem para o alcance dos ODS.” (Maria Idalina Valente, Deputada Assembleia Nacional de Angola)

na elaboração dos ODS com a sua participação em conferências e eventos globais relacionados. Independentemente dos diferentes sistemas parlamentares é papel do Parlamento que tem o papel de redigir as leis e supervisionar a execução pelo governo dessas leis, políticas nacionais e planos estratégicos e especificamente dos Orçamentos Gerais de Estado; aprovar a legislação referente aos ODS; assegurar a implementação legal no âmbito nacional; exigir do governo relatórios de execução das metas (contabilidade patrimonial).

A Assembleia Nacional de Angola conforme indicou Idalina Valente, possui poderes que permitem assegurar a implementação dos ODS, para além de ter o papel de participar no processo de orçamentação, fiscalização do executivo em relação a implementação e articulação com as OSC. Um aspecto fundamental referido por Idalina Valente, foi de que a estrutura do OGE de Angola não permite ainda ter uma visibilidade clara e discriminada sobre a execução das actividades que contribuem para o alcance dos ODS. Neste sentido, a implementação da classificação funcional programática ainda não é devidamente codificada (tal como consta no Plano Nacional).

DISCUSSÃO E DEBATE

- Os ODS constituem um entendimento de longo prazo entre os vários intervenientes da sociedade, executivo, legislativo e sociedade civil;
- O Parlamento tem sido esvaziado na qualidade de legislador, uma vez que tem sido o Executivo, com grande aparato técnico, a executar aquela tarefa, enquanto o parlamento possui o aparato político;
- O deputado além do papel de legislador, tem também o papel de disseminar a informação e prestação de contas ao cidadão;

- O papel formal dos parlamentos está focado em: representar o povo; elaborar e aprovar Leis e fiscalizar a ação do Executivo;
- O parlamento tem também o papel de promover consultas públicas; Debates a porta aberta ou fechada, aprovar planos de governação;
- Os parlamentos e parlamentares tem de entre outras atribuições e competências que passam por garantir que no planos e orçamentos garantam a alocação de recursos para a implementação dos ODS e Objetivos da Agenda 2063;
- Os parlamentos estiveram fortemente envolvidos na elaboração dos ODS com a sua participação em conferências e eventos globais relacionados;
- A estrutura do OGE em Angola não permite ter uma visibilidade clara e discriminada sobre a execução das actividades que contribuem para o alcance dos ODS;
- Em Angola a implementação da classificação funcional programática ainda não é devidamente codificada (tal como consta no Plano Nacional);
- Os ODS constituem um entendimento de longo prazo entre os vários intervenientes da sociedade, executivo, legislativo e sociedade civil;
- O parlamento tem sido esvaziado na qualidade de legislador, uma vez que tem sido o Executivo, com maior capacidade técnica, a executar a tarefa de legislador, mas deve existir um maior equilíbrio com os parlamentos,
- O deputado além do papel de legislador, tem também o papel de disseminar a informação e prestação de contas ao cidadão.

PAINEL DE DEBATE & DISCUSSÃO: Fortalecimento do papel dos Parlamentos nos ODS: Ferramentas, guias e curso online Pro PALOP TL-ISC

Oradores: Elisabete Azevedo-Harman; Especialista para a área Parlamentar e para a Promoção da Governança Inclusiva, Transparente e Participativa Pro PALOP-TL ISC (FASEII); Maria Andrade, Conselheira Sénior Nacional em Controlo Externo do Sistema de Gestão das Finanças Públicas e Transparência Orçamental e Graca Sanches, Oficial Nacional para o empoderamento da Mulher e Orçamentação sensível ao Género PNUD / UGP Pro PALOP TL,

Moderadora: Lúcia Neto, Secretária-Geral do TC de STP

O painel de discussão visava apresentar as ferramentas desenvolvidas e disponíveis através do Pro PALOP TL ISC para apoio ao desenvolvimento de capacidades das entidades beneficiárias dos PALOP e TL, nomeadamente: Parlamentos, Ministérios das Finanças e Instituições Superiores de Controlo. A apresentação foi feita pela equipa da UGP do Pro PALOP TL.



Especialistas da Unidade de Gestão do Pro PALOP-TL ISC

DISCUSSÃO E DEBATE

- Existe um conjunto de ferramentas disponíveis para o desenvolvimento de capacidades dos países dos quais se destacam: formação e-learning e blended; formação tailor made; Pós-graduação PRO PALOP TL ISC/ISCTE 2020;
- Para além de formação estão também disponíveis serviços de apoio técnico para: apoio a Planos Estratégicos / Planos de Abertura Parlamentar; Guias Parlamentares / Planos de Indução / Oficinas de Análise Orçamental / Oficinas de Orçamento Sensível ao Género;
- Está em curso preparação o livro branco sobre os Gabinetes Parlamentares especializados de apoio à análise orçamental PRO PALOP TL ISC + 6 Parlamentos (PALOP TL);
- Todas as ferramentas obedecem a uma metodologia específica, desenvolvida pelos especialistas dos Pro PALOP TL ISC;
- O Pro PALOP TL ISC, tem procurado substituir o tradicional de recrutamento de consultoria pela sempre que possível, pelas trocas assentes na cooperação triangular Sul-Sul e Triangular;
- Qualquer um dos países beneficiários do Pro PALOP TL ISC pode ter acesso e pode solicitar os serviços disponíveis.

GRUPOS DE TRABALHO

Para o primeiro exercício de grupo, foram formados Grupos de Trabalho com objetivo de refletir sobre os desafios, oportunidades relativas a capacidade parlamentar no domínio dos ODS, procurando identificar as possíveis lacunas e oportunidades em relação à Legislação, Representação, Fiscalização, Orçamento e Capacidade Técnica Parlamentar.

Em resultado dos Grupos de trabalho um conjunto de questões foram levantadas em particular no que se refere aos desafios e oportunidades, bem como, um conjunto de recomendações os quais tem impacto não apenas nos Parlamentos como também em outros atores estatais (Tribunais de Contas e Ministérios das Finanças). A tabela 1 (ANEXO II.1: Grupo de Trabalho 1) em anexo apresenta os resultados do exercício efetuado.



Uma das mesas do Grupo de Trabalho, no qual se tenta reunir os delegados de cada instituição participante.

CONCLUSÕES DO DIA

Os Parlamentos podem desempenhar um papel fundamental no processo de implementação dos ODS / Agenda 2063;

A Educação para Cidadania constitui um elemento chave para garantir o alcance dos ODS;

Necessidade de reforçar a capacidade dos Parlamentos por forma a garantir uma fiscalização eficaz dos ODS;

Necessidade de estabelecer unidades técnicas especializadas nos Parlamentos como um “braço de suporte” técnico;

Os Parlamentos podem / devem exigir do Executivo a que o Orçamentos do Estado possa garantir o financiamento para a implementação dos ODS;

Necessidade de continuar a envidar esforços para garantir o desenvolvimento de capacidades dos Parlamentos e dos Parlamentares por forma a garantir o exercício eficaz das suas principais funções (representar / legislar / fiscalizar);

Pro PALOP TL como um mecanismo (de recurso) para prestação de apoio técnico aos Parlamentos [Tribunal de Contas e Ministérios das Finanças] através do uso dos diversos produtos / serviços disponíveis e acessíveis a todos os países beneficiários.

MÓDULO 3

As ISC e a Auditoria da Implementação dos ODS Desafios e boas práticas

Tema 5 As conclusões do primeiro Seminário EUROSAI-AFROSAI e o seu impacto para as ISC e a Agenda 2030/2063

Oradora: Eleonora Almeida – Auditora-Coordenadora do Departamento de Consultadoria e Planeamento do Tribunal de Contas de Portugal

Moderador: Ivan Estajo, Contador Geral Adjunto, Tribunal Administrativo de Moçambique

A apresentação assentou na importância do primeiro seminário entre EUROSAI E AFROSAI, em especial, a unânime conclusão e recomendação que as

ISC devem assumir um papel ativo na auditoria da implementação das ODS.

O seminário EUROSAI-AFROSAI realizado em Lisboa, contou com a participação de 150 pessoas de 54 instituições, das quais 48 Instituições Superiores de Controlo. O seminário teve como objectivo aumentar a consciencialização e importância sobre o papel das ISC e da Agenda das Nações Unidas para 2030.

O seminário serviu como uma oportunidade para estabelecer um alinhamento na abordagem de cooperação entre a EUROSAI/AFROSAI com vista a implementação de auditorias sobre os ODS, bem como, refletir sobre



“É da maior importância avaliar o desempenho dos Governos no alcance dos objetivos e metas nacionais, de modo a contribuir para assegurar que as necessidades das gerações futuras sejam consideradas nas decisões políticas. (Eleonora Almeida – Auditora-Coordenadora do Departamento de Consultadoria e Planeamento do Tribunal de Contas de Portugal)

os diferentes aspetos no campo da auditoria, desenvolver capacidade e conhecimento entre as organizações e colher experiências.

Eleanora Almeida, sublinhou que as instituições reconheceram que há um papel relevante para os membros da EUROSAI e AFROSAI no âmbito dos seus mandatos e com respeito pelos diversos contextos em que se inserem, de contribuírem para o cumprimento da Agenda 2030.

Segundo Eleanora Almeida, é da maior importância avaliar o desempenho dos Governos no alcance dos objetivos e metas nacionais, de modo a contribuir para assegurar que as necessidades das gerações futuras sejam consideradas nas decisões políticas.

De acordo com Eleonora Almeida, as experiências oriundas da avaliação de programas e políticas públicas têm um impacto positivo no trabalho dos membros da EUROSAI e da AFROSAI,

quando avaliam a implementação dos ODS, especialmente através da participação dos stakeholders e no uso de dados e indicadores não financeiro.

Ademais, há, segundo a oradora, um grande potencial para a troca regular de experiências, práticas e outras abordagens cooperativas entre a EUROSAI e a AFROSAI, na auditoria à implementação dos ODS e no reporte sobre a sua realização. .

Em jeito de conclusão, Eleonora Almeida, sublinhou que os membros da EUROSAI e da AFROSAI reunidos em Lisboa comprometeram-se a continuar a trocar informação e a cooperar nos domínios da auditoria, avaliação e capacitação relacionados com a implementação dos ODS.



O Pro PALOP-TL ISC é co-financiado pela União Europeia



Assembleia Nacional de Angola

APRESENTAÇÃO - IDI

-  1. To what extent has the government adapted the 2030 Agenda into its national context?
-  2. Has the government identified and secured resources and capacities (means of implementation⁵) needed to implement the 2030 Agenda?
-  3. Has the Government established a mechanism to monitor, follow-up, review and report on the progress towards the implementation of the 2030 Agenda?



ELEARNING COURSE
ON AUDITING
PREPAREDNESS



EXPERT AND PEER
REVIEW OF AUDIT PLANS
AND DRAFT REPORTS



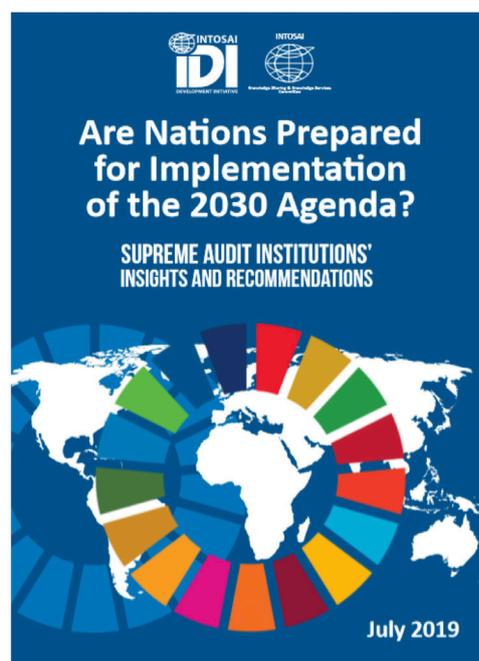
GUIDANCE AND MODEL FOR AUDITING PREPAREDNESS
AVAILABLE IN ARABIC, FRENCH, SPANISH AND ENGLISH



ONLINE AND ONSITE SUPPORT BY
MENTORS AND EXPERTS



QUALITY ASSURANCE REVIEWS



DISCUSSÃO E DEBATE

- O seminário teve como objetivo aumentar a consciencialização sobre o papel das ISC e a agenda das Nações Unidas para 2030;
- Os participantes do seminário refletiram sobre a abordagem de cooperação entre a EUROSAI / AFROSAI no que se refere as auditorias a implementação das ODS;
- Os participantes do seminário refletiram ainda sobre as diferentes formas de como desenvolver capacidade e conhecimento entre as organizações e partilhar experiências;
- As instituições reconheceram que há um papel relevante para os membros da EUROSAI e AFROSAI no âmbito dos seus mandatos e com respeito pelos diversos contextos em que se inserem, no que tange a implementação da Agenda 2030;
- Os membros da EUROSAI e da AFROSAI reunidos em Lisboa comprometeram-se a continuar a trocar informação e a cooperar nos domínios da auditoria, avaliação e capacitação relacionados com a implementação dos ODS.

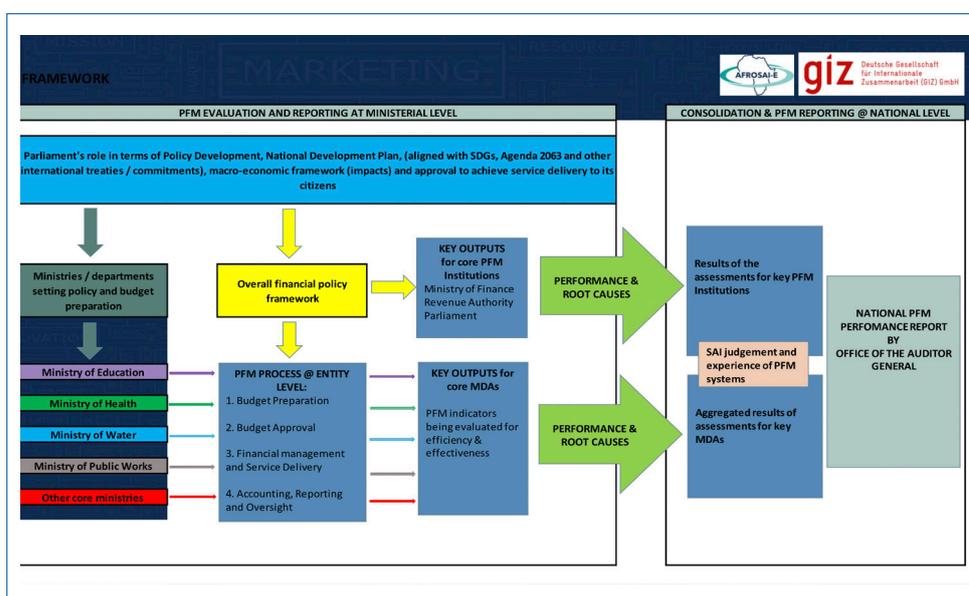
Tema 6 A Ferramenta PFM-RF – Uma introdução ao Quadro de Referência e Iniciativas Piloto em Curso

Orador: Edmond Shoko – Especialista AFROSAI-E/GIZ

Moderador: Jeremias Zuande, Contador-Geral, Tribunal Administrativo de Moçambique

O orador iniciou por sublinhar que a ferramenta PFM-RF é fundamental para reforçar os sistemas de gestão de finanças Públicas dos países. A ferramenta PFM – RF é uma ferramenta capaz de interrogar os sistemas de gestão de fundos públicos em relação ao seu desempenho.

A ferramenta PFM – RF já foi aplicada de forma piloto em 15 países, 7 dos quais prepararam os seus relatórios e conseguiram apresentar aos



"A ferramenta PFM-RF de credibilidade mundial para instituições de controlo, assim como, ferramenta para auditar de forma sistemática os relatórios e emitir recomendações sobre o desempenho de todo o sistema de gestão financeira Pública numa base anual."

seus Parlamentos, para além de terem conseguido e publicar os seus resultados e recomendações sobre a utilização da ferramenta. Esta, apresenta enormes benefícios aos países que a aplicam, tais como: aprimoramento da capacidade da ISC para identificar as principais áreas de risco de GFP no nível do país; aprimoramento da capacidade das ISC para fazer análises comparativas do desempenho da entidade, tanto quanto do sistema de GFP; aprimoramento das habilidades das ISC para entender as causas do não desempenho do sistema de GFP; estabelecimento de um fórum para construir um banco de dados para entender melhor as tendências de GFP; promoção de relatórios claros para as partes interessadas.

Edmond Shoko, sublinhou que a ferramenta PFM-RF é de credibilidade mundial para instituições de controlo, assim como, ferramenta para auditar de forma sistemática os relatórios e emitir recomendações sobre o desempenho de todo sistema de gestão financeira pública numa base anual.

DISCUSSÃO E DEBATE

- Quando se poderá obter a última versão da ferramenta?
- Como é que a ferramenta pode ajudar a melhorar a transparência na gestão dos recursos públicos?
- Quais as garantias de segurança de informação na ferramenta?
- A ferramenta PFM-RF constitui uma ferramenta credível para instituições de controlo e auditoria, os seus relatórios permitem emitir recomendações sobre o desempenho de todo sistema de gestão de finanças pública;
- Foram criadas as condições para que todos atores possam comunicar e trabalhar juntos para dar suporte aos governos para a implementação dos ODS;
- O grande desafio das ISC é, uma vez aplicada a ferramenta, como partilhar a informação e chegar às pessoas que precisam de saber que há um trabalho desta magnitude que as instituições estão a realizar;
- Uma população que não é educada não pode ser produtiva.

CASO PRÁTICO: A aplicação da ferramenta PFM-RF pelas ISC dos PALOP – Resultados preliminares e impacto para a auditoria da implementação dos ODS

Orador: David Rocha, Auditor Coordenador do Parecer da Conta Geral do Estado em Cabo Verde

Orador: Rodrigues Machelene, coordenador da equipa de implementação ferramenta PFM-RF em Moçambique Tribunal Administrativo Moçambique

Orador: Dadilson Correia, coordenador do Departamento de Verificação Interna de Contas em São Tomé e Príncipe

Moderadora: Maria Andrade, PNUD / UGP Pro PALOP TL

David Rocha, incentivou os PALOP TL no uso da ferramenta PFM - RF, para melhor divulgação de resultados. Explicou ainda que, muitas vezes para haver relatórios precisos é fundamental a consolidação dos relatórios emitidos entidades internacionais, como são os casos dos Relatórios do Banco Mundial e do FMI. Segundo David Rocha, a utilidade da ferramenta PMF-RF para o Tribunal de Contas de Cabo Verde, trouxe resultados positivos. Incluindo no seu desempenho institucional.

No que concerne a experiência de Moçambique, Rodrigues Machelene, quadro sénior do Tribunal Administrativo de Moçambique, a ferramenta PFM – RF, contribuiu para criar oportunidades para identificar áreas prioritárias para auditoria e fornecer recomendações específicas ao Governo e ao Parlamento na implementação dos ODS. Rodrigues Machelene sublinhou a necessidade de na aplicação da ferramenta PFM – RF ter sempre como foco os ODS e clarificou sobre os benefícios da ferramenta e a visão consolidada da GFP na monitorização do ODS.

Por último, Dadilson Correia, quadro sénior do Tribunal de Contas de São Tomé



Resultados da aplicação da ferramenta - PFM-RF e os ODS

Junto do MF avallou-se que, no aspeto macro, o OE aprovado está alinhado com o PEDS e os ODS são tidos em consideração na elaboração do orçamento

O alinhamento do orçamento com o ODS está por programas (não por setor) por isso a nível setorial notou-se fragilidade na sua compatibilização, por inexistência dos Planos Estratégicos Setoriais 2017-2021.

Constatou-se que não existe nenhuma avaliação do desempenho das instituições com base nas metas dos ODS, igualmente não é feito nenhum acompanhamento e monitorização dos mesmos a nível setoriais, explicado, na maior parte das entidades avaliadas, por inexistência de plano setoriais e por carências de recursos humanos e financeiros.

27 a 29 de Janeiro de 2020 | Luanda - Angola

05 - Conclusões Preliminares

Lições Apreendidas com Impacto no TCSTP

- ▶ Capacitação e especialização dos recursos humanos;
- ▶ Munir-se de uma base legal que permita a organização da instituição em secções;
- ▶ Disponibilização de meios técnicos e de suporte da informação às tarefas do Tribunal, em especial às de planeamento e execução das auditorias, da tramitação processual e da gestão interna;
- ▶ Intervenção nas áreas de elevado risco, designadamente, o endividamento, a celebração e execução dos contratos, a prevenção contra as infrações, as irregularidades, as fraudes financeiras, a corrupção e dos atos de má gestão;
- ▶ Efetivação da responsabilidade financeira dos gestores de dinheiros públicos.
- ▶ Monitoramento do cumprimento dos ODS;

e Príncipe, começou por afirmar que, ao contrário de Moçambique, que já tem experiência na aplicação da ferramenta PFM-RF, São Tomé e Príncipe ainda está em fase de experimentação. Explicou o modo de aplicação da ferramenta na gestão das finanças públicas e referiu que o seu processo de implementação foi inclusivo por se tratar de uma ferramenta nova. E concluiu referindo que a raiz de vários problemas de gestão deriva da fraca fiscalização.

DISCUSSÃO E DEBATE

No caso de Cabo Verde:

- A ferramenta PFM – RF é fundamental e o seu uso / aplicação, recomendável aos países;
- É fundamental garantir a divulgação de resultados;
- Para haver relatórios precisos é necessário a consolidação com os relatórios do Banco Mundial e do FMI;
- A ferramenta PMF-RF tem sido útil para o Tribunal de Contas de Cabo Verde em termos da sua aplicação, resultados produzidos no que concerne ao análise do desempenho institucional, bem como, no uso da ferramenta em relação aos ODS;

No caso de Moçambique:

- A ferramenta trouxe oportunidades para identificar áreas prioritárias para auditoria, fornecendo recomendações específicas ao Governo e ao Parlamento na implementação dos ODS;
- Com a aplicação da ferramenta PFM-RF houve mudanças nos processos de auditoria (inclusão das questões da ferramenta nos programas de auditoria do TAM);

- A aplicação da ferramenta permitiu um melhOrçamento na avaliação do risco de auditoria através da raiz do problema identificado pela ferramenta, assim como, a oportunidade de identificar áreas essenciais a fiscalizar com regularidade, com vista, o monitOrçamento dos ODS;
- No caso de Moçambique há um conjunto de desafios por enfrentar dos quais se pode sublinhar: a inclusão nos programas de auditoria das questões / asserções que visam o monitOrçamento do alcance dos ODS (tendo em conta o tipo de auditoria que Moçambique realiza); integração no Relatório e Parecer sobre a CGE.

No caso de São Tome e Príncipe:

- São Tome e Príncipe ainda está em fase de experimentação da aplicação da ferramenta;
- Algumas ações chaves com vista a implementação da ferramenta estão em curso, com destaque para constituição de equipas, realização de um estudo dos sectores com maior benefício, elaboração de um plano orçamental, verificação das áreas de riscos.

Tema 7: O modelo de auditoria coordenada aos ODS 14 & 15 das OLACEFS – Apresentação da metodologia e resultados

Orador: Fernando Rodrigues Leite – Auditor do Tribunal de Contas do Brasil

Moderadora: Yolanda Teresa Nunes Correia, Directora do Gabinete do Ministro das Finanças da Guiné-Bissau

O orador explicou o papel das ISC na América Latina nas auditorias nas áreas protegidas.

Tendo presente a importância da conservação da biodiversidade e sendo Patrimônio Público Ambiental, como é que esse patrimônio está sendo gerido? E Como avaliar esse patrimônio? Estas foram as questões motoras de um processo inovador pelo Tribunal de Contas do Brasil.

Foram posteriormente elaborados três critérios que serviram como documento-base. Um dos indicadores foi a elaboração de um Índia-mapa, que abrangeu a América Latina e feita uma auditoria e avaliação, para consolidar o modelo de auditoria coordenada. Foram envolvidos cerca de 12 ISC e 1.120 áreas protegidas.

A experiência de realização do modelo de auditoria coordenada foi satisfatória e surtiu os efeitos desejados numa primeira fase até ao ano 2019, mas considerou ser um esforço contínuo, cujo próximo passo será a elaboração de um outro Índia-mapa 2020.

As auditorias coordenadas, conforme apontou Fernando Leite, apresentam um conjunto de vantagens das quais se pode destacar: permite uma análise independente para a promoção da prestação de contas, da transparência e do aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas e da Administração Pública; permite partilhar e disponibilizar informações relevantes para tomadores de decisão; e permite o monitoramento sistemático das recomendações feitas aos governos e órgãos públicos.

Fernando Leite, considerou que tal como todas as iniciativas, o modelo de auditoria coordenada teve igualmente algumas lacunas, tais como: os planos de maneio, falta de pessoal qualificado para o efeito e falta de auditoria territorial eficaz.

Contudo, Fernando Leite sublinhou que há uma necessidade de mais formação do pessoal envolvido no modelo de auditoria coordenada, em matérias de fiscalização e auditoria ambiental.

DISCUSSÃO E DEBATE

- Quais foram os critérios para elaboração dos indicadores?
- Quais foram os desafios?
- Quais os constrangimentos enfrentados pelo Brasil na primeira auditoria ambiental-piloto?
- Quais os mecanismos diplomáticos utilizados para convencer os países a aderirem àquela empreitada?
- Um dos grandes desafios foi a elaboração dos critérios, todavia, foi necessária a inclusão de variados trabalhos em grupo, que deu origem aos três critérios.
- Não houve constrangimentos na elaboração do Plano, pois no Brasil, o Tribunal de Contas tem linha verde para todas as instituições públicas, que prestam todos apoios desejados.
- Não houve constrangimentos em ter os países envolvidos no programa, aliás, são os próprios países que solicitavam a sua participação, caso não constassem no Mapa.

DIÁLOGO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (DPP) PALOP-TL|EU

Orador: Joxean Fernandez, Especialista em Políticas Públicas

Moderadora: Elisabete Azevedo-Harman, PNUD / UGP Pro PALOP TL, Cabo Verde

No que concerne ao tema, Joxean Fernandez, considerou que o Diálogo de Políticas Públicas, mais do que introduzir elementos novos procurou discutir sobre os temas abordados durante a CoP. O tema relativo a fiscalização e monitoria das contas públicas é um tema transversal que tem sido consubstanciado no projecto Pro PALOP TL ISC. E pela ronda nos 6 países este tema continua a ser um tema que os actores nacionais consideram importante continuar a investir e que é uma área temática bem sucedida na cooperação com a União Europeia.

No entanto, um outro tema, complementar a considerar para o Diálogo de Políticas Públicas, segundo Joxean Fernandez, tem a ver com a questão relativa a inovação e tecnologias, pois, os desafios atualmente enfrentados pelos países, podem criar mudanças em função do impacto que as tecnologias têm nas instituições.

Nesse sentido, as metodologias constituem igualmente um pressuposto fundamental para acumular capacidades e melhorar o grau de conhecimento por forma a enfrentar determinadas/ possíveis dificuldades.

Para concluir, realçou que as diversas acções de formação desenvolvidas ao nível dos países decorreram com sucesso e contribuíram para uma mudança concreta de uma realidade.



Fernando Rodrigues Leite explicou o papel das ISC na América Latina nas auditorias nas áreas protegidas.

CONCLUSÕES DO DIA

Necessidade de aprimoramento e ajustar a metodologia de PFM – RF para aplicação no contexto dos PALOP TL;

Necessidade de atualização / formação dos auditores dos TCs dos PALOP TL na aplicação da ferramenta;

A ferramenta PFM – RF permite a melhoria, dos processos de auditoria.

Considerações Finais

A Primeira CoP (Fase II) teve a participação dos atores chave estatais que intervêm no ecossistema de gestão de finanças Públicas nos PALOP TL (Ministérios das Finanças – MdF; Instituições Superiores de Controlo - ISC e os Parlamentos).

A Primeira CoP criou uma oportunidade / plataforma de diálogo e partilha de experiências entre os atores estatais que intervêm no ecossistema de gestão de finanças Públicas nos PALOP TL.

A avaliação realizada pelos a CoP foi positiva, quer em termos dos objetivos estabelecidos, , como também os conteúdos propostos para a discussão, e ainda pela metodologia utilizada para a realização da CoP.

Em resultado das discussões dos temas da CoP pode-se concluir que:

- Existem ainda desafios relativos ao financiamento “sustentável” a implementação dos ODS e Agenda 2063 ao nível dos PALOP TL;
- Os Atores Estatais chave (Ministérios das Finanças, Instituições Superiores de Controlo e Parlamentos) desempenham um papel chave para garantir a implementação dos ODS e Agenda 2063 ao nível dos PALOP TL;
- O Orcamento Programa e a Contabilidade Patrimonial constituem mecanismos / ferramentas fundamentais para garantir a transparência, accountability e uma efetiva e eficiente gestão de finanças Públicas e capaz de contribuir



Foto de família dos delegados da Comunidade de Práticas e dos representantes Assembleia Nacional de Angola, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e da União Europeia em Angola

positivamente para implementação dos ODS;

- As ISC têm um papel fundamental na auditoria aos ODS e uma das ferramentas chave é o PFM -RF na medida em que cria oportunidades para identificar áreas prioritárias para auditoria e pode fornecer recomendações específicas aos Governos e aos Parlamentos sobre a implementação dos ODS.

Em resultado da Primeira CoP, os participantes redigiram um documento final, designado de “Carta de Luanda” a qual apresenta as conclusões, intenções, recomendações e compromissos institucionais para cada um dos países.

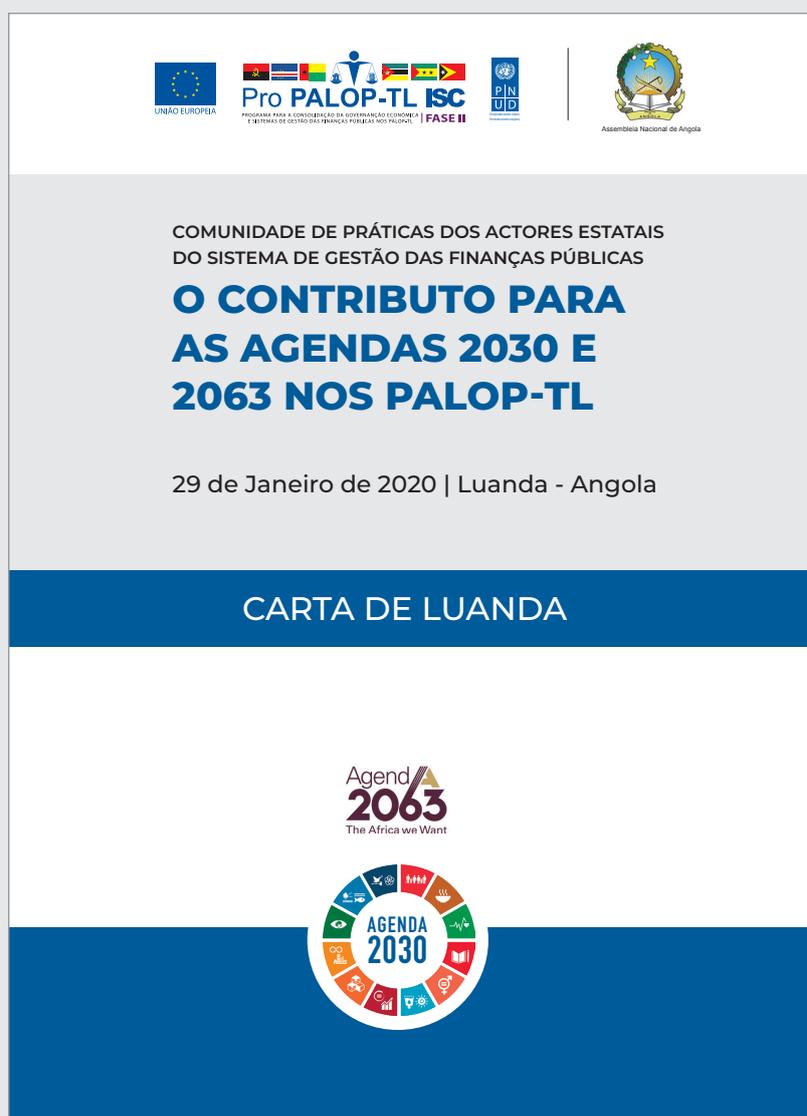


Momento da leitura da Carta de Luanda, feito pela Deputada Ruth Mendes, Presidente da 5ª Comissão da Assembleia Nacional de Angola

A Carta de Luanda

Os delegados da CoP redigiram o documento orientador denominado “A Carta de Luanda”. Este documento contém as principais conclusões do encontro, mas sobretudo faz importantes recomendações e define compromissos dos 3 atores estatais do ecossistema de gestão das finanças públicas nos PALOP e Timor-Leste para o fortalecimento nacional e colectivo dos 6 países no que concerne a gestão das contas públicas.

A Carta de Luanda foi definida como um instrumento de trabalho que será socializado no seio dos 6 países, como deve ser também, usada nas diversas plataformas internacionais, tendo sido solicitado ao Pro PALOP TL que tome entre as suas funções a tarefa de tradução para inglês e de divulgar no seio das Nações Unidas, União Europeia e outras instituições multilaterais.



A Carta de Luanda contém as principais conclusões do encontro, mas sobretudo faz importantes recomendações e define compromissos dos 3 atores estatais do ecossistema de gestão das finanças públicas nos PALOP e Timor-Leste para o fortalecimento nacional e colectivo dos 6 países no que concerne a gestão das contas públicas.

Avaliação da Comunidade de Práticas

Participaram na CoP cerca de 140 delegados. Destes cerca de 58% eram do género masculino e cerca de 36% do género feminino. Os restantes referem-se as pessoas que durante o processo de avaliação não especificaram o género.

O processo de avaliação da CoP teve como base o preenchimento de uma ficha de avaliação (ver anexo I) devidamente preparada para o efeito.

Em resultado da avaliação realizada pelos participantes, pode-se concluir que a CoP atingiu os objetivos e expectativas dos participantes.

Segundo os dados analisados, a maioria dos participantes (84%) considerou que os objetivos foram alcançados e cumpridos. Todavia, alguns dos participantes considerou que dado a importância e pertinência dos temas a agenda deveria ser mais alargada em termos de dias de trabalho.

Cerca de 58% do total dos participantes considerou que o local escolhido, assim como, as condições logísticas, foram excelentes para acolher e realizar a CoP.

No que se refere aos conteúdos e as apresentações dos temas, os participantes avaliaram satisfatoriamente, sublinhando que os temas escolhidos para as apresentações, os painéis de discussão e debates são atuais, uteis e oportunos.

Os temas 2 (ODS e Agendas 2030/2063 e Orçamento-Programa), 3 (A contabilidade patrimonial como instrumento de transparência orçamental – o contributo possível para a implementação dos ODS), 4 (O papel dos Parlamentos na implementação e fiscalização dos

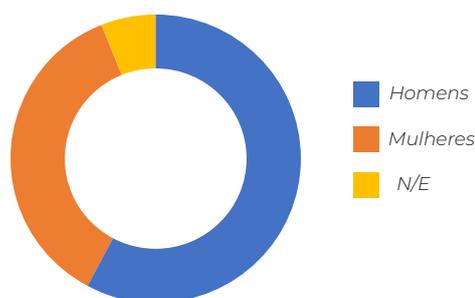


Figura 1: Número Total de participantes

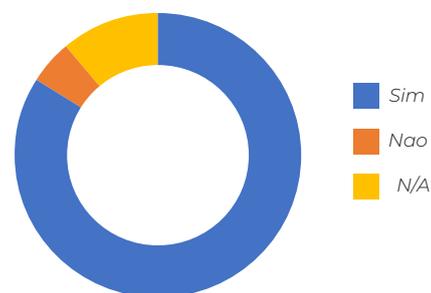


Figura 2: Alcance dos Objetivos

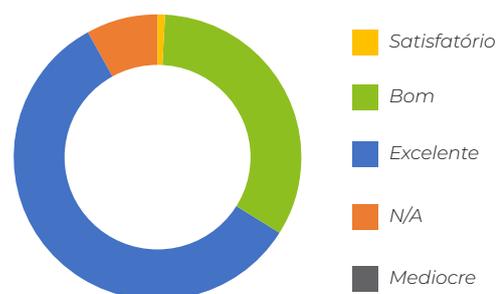


Figura 3: Escolha do Local para realização da CoP

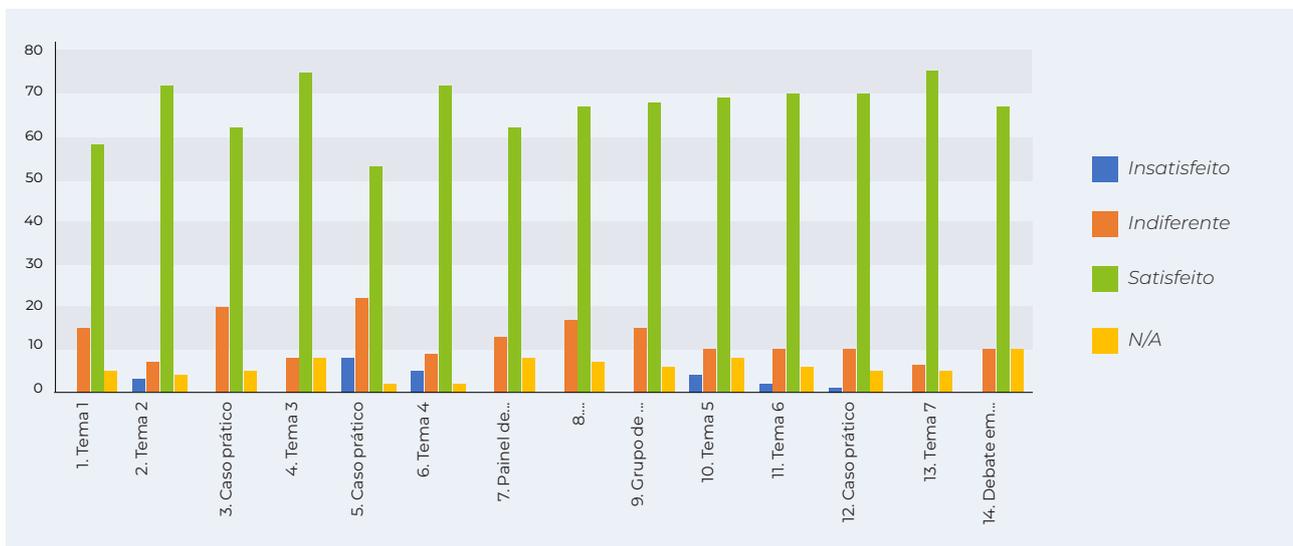


Figura 4: Avaliação Conteúdos

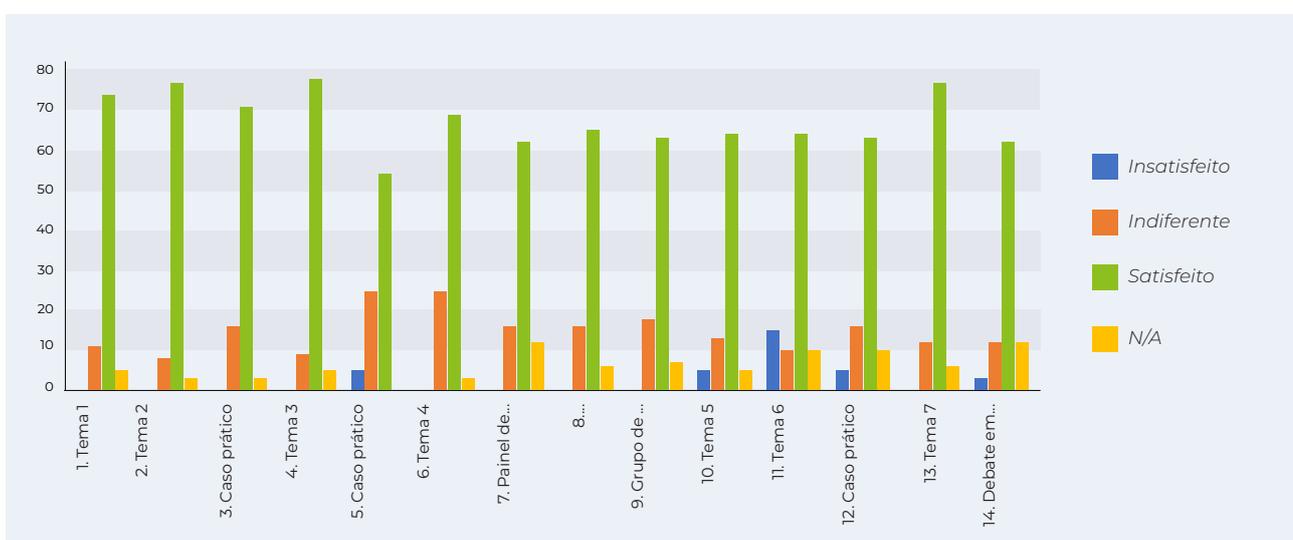


Figura 5: Avaliação Apresentações

ODS e Agenda 2063) e 7 (O modelo de auditoria coordenada aos ODS 14 & 15 das OLACEFS – apresentação da metodologia e resultados) foram os que foram avaliados como tendo sido os melhores temas discutidos e que criaram uma melhor satisfação aos participantes.

Contudo, os comentários partilhados pelos participantes relativamente a CoP apontam para o facto da CoP ser um mecanismo / plataforma fundamental para a troca de experiências entre os PALOP e TL no domínio da Gestão de Finanças Públicas (GFP), porem há uma necessidade de:

- Envidar esforços para prosseguir com as ações de troca de experiência regular

entre os países no formato CoP;

- Rever o número de dias para a realização das CoP, na medida em que os dias foram relativamente “insuficientes” face aos temas a discutir que são atuais, uteis e relevantes para os países, porem, o tempo disponível, não permitiu em alguns casos, abordar os temas de forma mais profunda.

Como parte dos comentários da avaliação, os participantes consideraram a Equipa Pro PALOP TL, como sendo de excelência, facto justificado pela conceção, preparação e realização da CoP, bem como, no que se refere a escolha da metodologia, dos preletores e gestão de todo o evento.

ANEXOS

ANEXO I: Ficha de Monitoria das Atividades

FICHA DE AVALIAÇÃO			
País:	Angola – Luanda		
Atividade:	Comunidade de Práticas Atores Estatais do Sistema de Gestão das Finanças Públicas do Pro PALOP TL ISC (FASE II) - O Contributo para as Agendas 2030 e 2063 nos PALOP-TL		
Data de Realização:	27 a 29 de Janeiro de 2020		
Nome:(opcional)	Género	H	M

Assinale com uma cruz sobre o número que corresponde à sua resposta para cada uma das seguintes atividades.

Tópico	CONTEÚDO					APRESENTAÇÃO				
	☹	☺	☺	☺	☺	☹	☺	☺	☺	☺
Módulo 1: O impacto da Transparência Orçamental na implementação dos ODS e Agendas 2030/2063 Orçamentos-Programa & Contabilidade Patrimonial										
Tema 1: Contexto global de financiamento do desenvolvimento e dos ODS – foco nos PALOP-TL	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Tema 2: ODS e Agendas 2030/2063 e Orçamento-Programa	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Caso Prático: Integração das metas dos ODS e Orçamentos-Programa – as experiências de Cabo Verde e de Timor-Leste	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Tema 3: A contabilidade patrimonial como instrumento de transparência orçamental – o contributo possível para a implementação dos ODS	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Caso Prático: Contabilidade Patrimonial – as experiências de Angola e São Tomé e Príncipe	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Módulo 2: O papel dos parlamentos na implementação e fiscalização dos ODS e Agenda 2063 parlamentos na implementação e fiscalização dos ODS e Agenda 2063										
Tema 4: O papel dos parlamentos na implementação e fiscalização dos ODS e Agenda 2063	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Tópico	CONTEÚDO					APRESENTAÇÃO				
	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹
Painel de Debate & Discussão: Parlamentos e ODS e Agenda 2063: Desafios e iniciativas na implementação e fiscalização	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Fortalecimento do Papel dos Parlamentos nos ODS: Ferramentas, Guias e Curso Online Pro PALOP TL-ISC	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Grupos de Trabalho: Avaliação da capacidade parlamentar no domínio dos ODS: Identificação de lacunas e oportunidades em relação a: Coordenação com outras instituições e atores, Legislação, Representação, Fiscalização, Orçamento e Capacidade Técnica Parlamentar	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Módulo 3: As ISC e a auditoria da implementação dos ODS - Desafios e boas práticas										
Tema 5: As conclusões do primeiro Seminário EUROSAI-AFROSAI e o seu impacto para as ISC e a Agenda 2030/2063	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Tema 6: A Ferramenta PFM-RF – uma introdução ao quadro de referência e iniciativas piloto em curso	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Caso Prático: A aplicação da ferramenta PFM-RF pelas ISC dos PALOP – resultados preliminares e impacto para a auditoria da implementação dos ODS	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Tema 7: O modelo de auditoria coordenada aos ODS 14 & 15 das OLACEFS - apresentação da metodologia e resultados	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Debate em plenária: Necessidades de novas aptidões e relações com outros atores dos Sistemas de Gestão das Finanças Públicas no contexto de auditorias de resultados focadas nos ODS e de auditorias da implementação dos ODS	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

A escala de classificação que se segue foi criada para avaliar se os objetivos da aprendizagem foram alcançados, e/ou o nível ao qual a atividade foi agradável e útil:

(1) Não de todo (2) Um pouco (3) Parcialmente (4) Maioritariamente (5) Totalmente

1. Assinale com uma X na opção que mais se adequa a sua resposta:

	SIM	NÃO
Os objetivos da aprendizagem de cada atividade foram esclarecidos?		
Os objetivos da aprendizagem foram cumpridos durante cada atividade?		

2. Responda por favor os pontos abaixo indicados:

O que aprendi:

O que quero/melhorias:

Onde fiquei confuso/preciso de mais ajuda:

Outros comentários:

3. Assinale com um X a opção que mais se adequa à sua a sua resposta:

Itens	Medíocre	Satisfatório	Bom	Excelente
Local:				
Intervalos:				

OBRIGADO PELA SUA DISPONIBILIDADE

ANEXO II: Resultado Grupos de Trabalho

ANEXO II.1: Grupo de Trabalho 1

GRUPOS DE TRABALHO 1				
Grupo	Desafios	Oportunidades	Conclusões	Recomendações
Coordenação com outras Instituições e atores	Os Deputados devem apropriar-se dos ODS	Orcamento Participativo culminando com os ODS	Melhorar o diálogo político como os diferentes atores	Produção de estatísticas adequadas fiáveis e voltadas para os resultados concretos dos ODS
	Debates e trabalho. Parlamentares deve ter presentes os ODS	Influenciar as instituições (Públicas e privada) e o Ministério das Finanças na elaboração do OE Influenciar os Partidos Políticos na elaboração do OE.	Parlamentos podem ser promotores da implementação dos ODS, de medidas legislativas.	Criação de Gabinete de Apoio Técnico orçamentais e legislativa para apoio aos parlamentares Criação de programas de cooperação sul – sul em que o Parlamento e centro da fiscalização dos ODS Capacitação específica para legislar e fiscaliza os ODS.
Legislação	Revisão e criação de instrumentos legais para a fiscalização	Apropriar / explorar ambientes dos ODS para legislar sobre ODS	Parlamento podem legislar sobre o Orçamento – Programa e Orcamento Sensível ao género	Relatórios periódicos do estágio da implementação dos ODS elaborados pelas Comissões Parlamentares especializada
	Mecanismo de Acolhimento e fiscalização dos ODS para a sua implementação efetiva	Alocar aos Parlamentos Nacionais, recursos para fiscalizar a implementação dos ODS Reforçar as suas atribuições	Parlamento e Staff parlamentar pode legislar sobre a implementação dos ODS (e acordos com restantes países) Capacitação continua dos parlamentares.	Criação de comissão parlamentar sobre ODS.

Grupo	Desafios	Oportunidades	Conclusões	Recomendações
Representação	<p>Criar mecanismos de acompanhamento dos ODS</p> <p>Dotar aos Parlamentos Nacionais de capacidade para legislar</p> <p>Contextualização nacional dos ODS</p> <p>Instrumentos de fiscalização e responsabilização</p>	<p>Capacitação para legislar</p> <p>Exercer o poder que lhes 'e dado pelo povo</p> <p>Através das Comissões Parlamentares, influenciar o processo de Orçamentação</p> <p>Levar a conhecer as comunidades as medidas políticas e acompanhar a fiscalização da execução do Orcamento do Estado</p>	<p>Melhorar a interação entre eleitor e eleito (divulgação dos ODS).</p>	<p>Assegurar que o Executivo apresente relatórios periódicos sobre a implementação dos ODS.</p>
Fiscalização	<p>Representar o povo e não o partido</p> <p>Necessidade de proatividade</p> <p>Necessidade de alinhamento e trabalho nas Comissões sobre os ODS</p> <p>Reforçar a relação entre Parlamentos e atores relevantes do SGFP</p> <p>Participação dos Parlamentares na definição de políticas Públicas</p> <p>Elaboração do Orcamento – Programa</p> <p>Profissionalização dos Deputados</p> <p>Visão estratégica de desenvolvimento sustentável</p>	<p>Formação e capacitação dos Parlamentos Nacionais</p> <p>Criação das Unidades Técnicas de Apoio Orçamental</p> <p>Recursos</p> <p>Melhorar a articulação, diálogo inter e intra-parlamentar</p> <p>Agenda 2030 / 2063</p> <p>Apoio / parcerias Pro PALOP TL e cooperação sul-sul.</p>	<p>Incluir verbas / recursos no OE para garantir a implementação e fiscalização dos ODS</p> <p>Criar mecanismos de fiscalização dos ODS.</p>	<p>Apropriação de boas praticas internacionais de implementação e fiscalização dos ODS</p> <p>Fortalecimento das comissões especializadas em matérias de fiscalização dos ODS em função de cada Comissao.</p>

Grupo	Desafios	Oportunidades	Conclusões	Recomendações
Orçamento	<p>Criar mecanismos para incentivar a inclusão dos ODS nos OE</p> <p>Socializar / familiarizar-se com os ODS</p> <p>Sensibilização para financiamento dos ODS</p>	<p>Promover desenvolver novos formatos OE</p> <p>Criar Unidades Técnicas de Apoio Orçamental</p> <p>Criação de oportunidades de formação para os Técnicos responsáveis pela elaboração dos OE para que saibam alinhar o OE com os ODS</p> <p>Estudar / analisar soluções inovadoras para implementação dos ODS</p> <p>Possibilidade de os Parlamentos organizarem-se para implementar os ODS.</p>	<p>Mudança de paradigma na elaboração dos OE (alinhamento com ODS)</p> <p>OE: incluir ações dos ODS possíveis (incluir anexos de programas / projetos a fiscalizar.</p>	<p>Mudança de paradigma no processo de elaboração do OE (Orçamento – Programa, discussão previa na elaboração do orçamento com o Executivo)</p> <p>Compatibilização do sistema de planeamento e orçamento.</p>
Capacidade Técnica Parlamentar	<p>Dotar os Parlamentos de uma estrutura de apoio técnico especializado (RHs e recursos financeiros)</p>	<p>Competência disponíveis ao nível dos países, pelo que, deve-se estimular a troca de experiências entre os países.</p>	<p>Défice de capacidade técnica.</p>	<p>Espaços de qualificação e reciclagem de técnicos e parlamentares sobre os ODS (formação / capacitação).</p>

ANEXO II.2: Grupo de Trabalho 1

GRUPOS DE TRABALHO 2		
Grupo	Conclusões	Recomendações
Parlamento	Necessidade de maior transparência orçamental e alinhamento com os ODS;	Aprovação de legislação que permita “forçar” a implementação dos ODS;
	Necessidade de explorar as Parcerias Público-privadas como forma de mobilizar recursos para garantir a implementação dos ODS;	Implementação dos Orçamento Programa e Contabilidade Patrimonial nos PALOP TL;
	Os Orçamentos deve ser transparente e alinhado com os ODS;	Implementação / aplicação da ferramenta PFM-RF para reforço da transparência na GFP;
	Necessidade de reforçar as capacidades dos Parlamentares e funcionários Parlamentares;	Reforço da cooperação sul-sul e triangular no domínio da fiscalização parlamentar e outras;
	Estabelecimento de Unidades Técnicas Especializadas (de Apoio Orçamental);	Diversificação das fontes de recursos para financiamento da implementação dos ODS;
	Elaboração e Publicação de relatórios de seguimento pelas comissões especializadas, para o seguimento dos ODS;	Elaboração de legislação que permita e / ou garante a implementação dos ODS nos PALOP TL;
	Adopção da abordagem de orçamentação por programa para facilitar a sua fiscalização;	Os Parlamentos devem ser capazes de se apropriar se e socializar se com os ODS;
	Necessidade de reforço / introdução de outros mecanismos / plataformas de transparência orçamental (orçamento participativo e orçamento cidadão);	Estabelecimento de Unidades Técnicas Especializadas (de Apoio Orçamental) como braço de suporte técnico dos Parlamentos e Parlamentares;
	Necessidade de reforçar a literacia orçamental junto dos cidadãos para garantir uma maior participação e divulgação dos ODS;	Criação de Comissões Parlamentares Ad Hoc para acompanhamento e fiscalização da implementação dos ODS.
	Dificuldades dos PALOP TL no processo de avaliação das Políticas Públicas;	
	Necessidade de reforçar a capacidade de fiscalização parlamentar;	
	Necessidade de aumentar o nível de apropriação dos ODS pelos Parlamentos;	
	Criação de Comissões Parlamentares Ad Hoc para acompanhamento e fiscalização dos ODS	
	Os Parlamentos desempenham um papel fundamental no processo de implementação dos ODS;	
	Necessidade de estabelecimento de um mecanismo para reforço de capacidade técnica dos Parlamentos no que tange a fiscalização dos ODS e Agenda 2063;	
Maior inclusão e articulação entre Parlamentos, Executivo e OSC;		
Maior integração e diálogo entre os atores para implementação dos ODS.		

Grupo	Conclusões	Recomendações
Tribunal de Contas	<p>Realização de auditorias de desempenho</p> <p>Necessidade de atualização e ajustamento da ferramenta PFM-RF por forma a garantir a sua aplicação nos países;</p> <p>Necessidade de realização de auditorias coordenada ODS 14 e 15;</p> <p>Promoção de encontros regulares de partilha de experiências entre as ISC para refletir sobre questões similares e encontrar soluções;</p> <p>Estabelecimento de um quadro legal nos países que permita as ISC a realização de auditorias de desempenho viradas para os ODS;</p> <p>As ISC não estão cabalmente preparadas para realizar auditorias aos ODS;</p> <p>Iniciativa EUROSAI – AFROSAI deve continuar para na medida em que permite que haja uma plataforma para partilhar informações entre as regiões;</p> <p>Necessidade de alargar o âmbito das trocas de experiências entre as regiões entre as ISC (ex. América Latina);</p> <p>Necessidade de maior interação entre os atores do SGPF dos PALOP TL para troca de experiências.</p>	<p>Capacitação das ISC no uso e aplicação da ferramenta PFM-RF com as devidas atualizações para uso nos PALOP TL;</p> <p>Capacitação dos RHs das ISC em matérias de Auditoria de Desempenho;</p> <p>Capacitação das ISC em matérias de GFP com foco nos ODS;</p> <p>Mobilização de recursos financeiros para a implementação / realização de auditorias de desempenho;</p> <p>Atualização da ferramenta PFM-RF de modo a adequar aos PALOP TL;</p> <p>Realização de auditorias de desempenho para determinados sectores específicos (ambiente, agricultura, educação) tendo como foco as metas dos ODS;</p> <p>Cooperação sul-sul e triangulas no domínio da utilização da ferramenta PFM – RF no que concerne a capacitação, troca de experiências (AFROSAI-E / EUROSAI e outras regiões);</p> <p>Promoção de troca de experiências regular entre as ISC dos PALOP TL nos domínios das auditorias dos ODS.</p>
Ministério das Finanças	<p>Falta de recursos financeiros para garantir a implementação dos ODS nos PALOP TL;</p> <p>Fraca coordenação de políticas e dificuldades na priorização de ações tendo como foco os ODS;</p> <p>Necessidade de envolvimento dos Governos mobilizarem o sector privado para garantir a mobilização de recursos para a implementação dos ODS nos PALOP TL;</p> <p>A abordagem de Orçamentação por Programas está ainda numa fase insipiente;</p> <p>O regime de contabilidade pública patrimonial constitui um elemento fundamental para melhorar os processos de transparência e prestação de contas;</p> <p>Necessidade de realizar avaliação previa dos ODS nos PALOP TL;</p> <p>Necessidade de garantir o alinhamento e harmonização entre os planos e orçamentos com os ODS;</p> <p>Implementação do Orçamento Programa e tendo como foco as metas dos ODS;</p> <p>Necessidade de estabelecer mecanismos de monitoria e avaliação da implementação dos ODS;</p> <p>Os PALOP TL não têm capacidade de implementar sozinho os ODS, pelo que há necessidade de estabelecer parcerias estratégicas com os diversos parceiros (PNUD/ Pro PALOP TL; etc.).</p>	<p>Assistência técnica e financeira do Pro PALOP TL na implementação das diversas iniciativas;</p> <p>Os Governos devem criar condições / mecanismos (legais e outros) que permitam a implementação da abordagem de Orçamentação por Programa, regime de Contabilidade Patrimonial entre outras iniciativas que promovam a transparência e prestação de contas;</p> <p>Os Planos dos PALOP TL devem estar alinhados com os ODS;</p> <p>Estabelecer um mecanismo / sistema que permite automatizar os processos dos ODS e que por sua vez permitam uma melhor monitoria e avaliação da implementação dos ODS e respetiva partilha de informações;</p> <p>Reforço dos sistemas de gestão dos PALOP TL com investimentos nas TIC.</p> <p>Estabelecer mecanismos de mobilização de recursos (diferente das tradicionais) para garantir a implementação dos ODS;</p> <p>Implementação das conclusões saídas da 1ª CoP dos PALOP TL.</p>

ANEXO III: Lista de Participantes

nº	País	Nome	Instituição & Função
1	Guiné Bissau	Gassimo Djalo	TC – Juiz Conselheiro
2		Álvaro Oscar Pereira	TC – Diretor Geral
3		Amadu Tidjane Balde	TC -Auditor Chefe
4		João Mané	TC - Director do Departamento de Auditoria
5		Elísio Gomes Sá	MEF - Director Geral do Orçamento
6		Berzélío Rofino Gomes	MEF - Director de Serviço de Execução e Seguimento do Orçamento
7		Carlos Alberto Barbosa de Andrade	MEF - Assessor do Ministro da Economia e Finanças
8		Yolanda Teresa Nunes Correia	MEF - Directora do Gabinete do Ministro da Economia e Finanças
9		Eduardo Mamadu Balde	AN
10		Eugenio Rodrigues Moreira	AN
11		Elsa da Moura Sanca	AN
12		Samanta Aissatù Ture	AN
13	Cabo Verde	João da Cruz Borges Silva	TCCV - Presidente
14		Claudino Maria Monteiro Semedo	TCCV – Juiz Conselheiro
15		Luis António Ortet da Veiga	TCCV - Diretor de Serviço de Apoio Técnico
16		David Carlos Monteiro Rocha	TCCV - Auditor Sénior Nível II
17		Lidiane Nascimento	MF – Dirteora Nacional DNOCP
18		Conceição Cardoso	MF – Directora Serviço DNOCP
19		Francisco Tavares	MF - DNP
20		Víctor Manuel Furtado da Veiga	MF - IGF

nº	País	Nome	Instituição & Função
21	Cabo Verde	Agostinho António Lopes	AN - Conselheiro do PAN
22		Albertina da Cruz da Graça	AN - Diretora dos Serviços de Documentação e Informação Parlamentar
23		Luis Carlos dos Santos Silva	AN – Deputado MPD
24		Armindo João da Luz	AN – Deputado MPD
25	Moçambique	Cristina Matusse	MEF - Diretora Nacional de Planificação e Orçamento
26		Rogério Juma	IGF- Chefe de Departamento de Planificação e Coordenação
27		Afonso Gule	CEDSIF / MEF - Coordenador
28		Nilvia Mamudo	MEF – Chefe de Repartição de Assuntos Jurídicos
29		Jeremias Zuande	TA – Contador – Geral
30		Ivan Estajo	TA – Contador – Geral Adjunto
31		Januário Fernando Guibunda	TA – Juiz Conselheiro
32		Rodrigues Machelene	TA – Contador Verificador Chefe
33		Maria de Lurdes Gomes	AR - Assessora do Secretário-geral
34		Oriel Chemane	AR - Director da Divisão de Relações Públicas e Internacionais
35		Arlegia Ubisse	AR - Chefe do Secretariado da Comissão do Plano e Orçamento
36		Ribeiro Junot	AR - Oficial de Cooperação
37	São Tomé e Príncipe	Ricardino Costa Alegre	TC – Juiz Conselheiro
38		Lúcia Batista Lima Neto	TC - Secretária-geral
39		Isabel Maria Vera Cruz Cunha	TC - Directora Administrativa e Financeira
40		Quintino Nascimento do Espírito Santo	TC - Director de Gabinete

nº	País	Nome	Instituição & Função
41	São Tomé e Príncipe	Bernardino dos Ramos Araujo	TC - Presidente
42		Dadilson Jaquet Correa	TC – Auditor Superior
43		Levy Nazaré	AN – Deputado, Vice-Presidente da AN
44		Carlos Manuel Cassandra Correia	AN – Presidente da 2.ª CEP (Assuntos Financeiros);
45		Aérton do Rosário Crisóstomo	AN – Secretário da 2.ª CEP
46		Jamiel Joana Segunda	AN – Membro da 2.ª CEP
47		Samora Ferreira	AN – Secretário-Geral
48		Aykisse Lombá	AN – Ponto Focal da ANSTP junto ao Pro PALOP-TL ISC (II)
49		Ana Maria da Conceição Silveira	MPFEA – chefe delegação
50		Cerineu Campos Renner	MPFEA
51		Odar Guedez Menezes da Costa	MPFEA - Orador sobre a Contabilidade Patrimonial
52		Ginésio Valentim Afonso da Mata	MMPFEA - Orçamento-Programa e o Impacto da Transparência Orçamental
53		Abdul Almeida Barros	MPFEA - Orçamento-Programa e o Impacto da Transparência Orçamental
54		Timor-Leste	Joanico Pinto
55	Isac Menezes		MF - Coordenador de Gabinete Apoio Jurídico
56	Adelaide Rosalia		
57	Pro PALOP-TL ISC	Ricardo Godinho Gomes	Conselheiro Técnico Principal
58		Elisabete Azevedo Harman	Conselheira Internacional - Área Parlamentar e Promoção da Governação Inclusiva, Transparente e Participativa (Open Government)
59		Maria Andrade	Conselheira Nacional Sénior
60		Ana Vaz	Oficial de Comunicação E Visibilidade

nº	País	Nome	Instituição & Função
61	Pro PALOP-TL ISC	Arsénio Rui Titos Paulo	Conselheiro Nacional Sénior para Análise Orçamental e Monitoria do Programa
62		Graça Sanches	Oficial Nacional Empoderamento da mulher e OSG
63	Portugal	Gabriel Osório de Barros	ME – Diretor Serviço Análise Económica – Gabinete de Estudos
64		Daniel Teixeira Seguro Sanches	TCPT – Professor Pós-graduação em Finanças Públicas
65	Espanhol	Joxean Fernandes	Especialista Internacional em Diálogos de Políticas Públicas
66	África do Sul	Edmond Shoko	AFROSAI-E
67	Angola	Idalina Valente	AN – Deputada – Membro da UIP
68	Moçambique	Maria Ivone Soares	AR – Vice-Presidente da juventude do Parlamento Pan africano Deputado e parlamento pan-africano
69	Portugal	Eleonora Almeida	TCPT – Auditor-Coordenador- Departamento de Consultadoria e Planeamento
70	Angola	Eliana Santos	MF - DN contabilidade Pública - caso Prático Angola Contabilidade patrimonial
71	Portugal	António Ribeiro Gameiro	Professor Pós-graduação ISCTE Pro PALOP TL e Deputado à Assembleia da República de Portugal
72	Brasil	Fernando Rodrigues Leite	Assessoria – Secex Agro Ambiental
73	Angola	Suzana de Mendes	ANA, Deputada e 2ª Vice-presidente
74		Sikonda Lulendo Alexandre	ANA, Deputado e 4º Vice-presidente
75		Raúl Lima	ANA, Deputado e 1º Secretário da Mesa da Assembleia Nacional
76		Elvira Van-Dúnem	ANA, Deputada e Presidente do Conselho de Administração
77		Pedro Agostinho de Neri	ANA, Secretário-geral
78		António Cuononoca	ANA, Deputado e Presidente do Grupo Parlamentar do MPLA

nº	País	Nome	Instituição & Função
79	Angola	Liberty Chiaka	ANA, Deputado e Presidente do Grupo Parlamentar da UNITA
80		Alexandre Sebastião André	ANA, Deputado e Presidente do Grupo Parlamentar da Casa-CE
81		Josefina Diakité	ANA, Deputada e Presidente da 3ª Comissão
82		Ruth Mendes	ANA, Deputada e Presidente da 5ª Comissão
83		Clarice Mukinda	ANA, Deputada e Presidente da 8ª Comissão
84		Raúl Danda	ANA, Deputado e Presidente da 10ª Comissão
85		Maria do Carmo Nascimento	ANA, Deputada e Presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares
86		Salomão Xirimimbimbi	ANA, Deputado e Presidente do Grupo AP-ACP-UE
87		Maria Idalina Valente	ANA, Deputada e Presidente do Grupo UIP
88		Lukamba Paulo «Gato»	ANA, Deputado e Vice-presidente da 3ª Comissão
89		Joaquim David	ANA, Deputado e Vice-presidente da 5ª Comissão
90		Vicente Pinto de Andrade	ANA, Deputado e Vice-presidente do Grupo ACP-UE
91		Aldina Lomba	ANA, Deputada e 1ª Vice-presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares
92		Helena Abel	ANA, Deputada e 2ª Vice-presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares
93		Celso Capiñgala	ANA, Deputado e 1º Secretário da 3ª Comissão
94		Kilamba Van-Dúnem	ANA, Deputado e 1º Secretário da 5ª Comissão
95		Amália Maria Alexandre	ANA, Deputada e 2ª Secretária da 3ª Comissão
96		Gilberto Manuel Pereira	ANA, Deputado e 2º Secretário da 4ª Comissão
97	Jesuíno da Silva	ANA, Deputado e 2º Secretário da 5ª Comissão	
98	Amílcar Colela	ANA, Deputado da 5ª Comissão	

nº	País	Nome	Instituição & Função
99	Angola	António Evaristo	ANA, Deputado da 5ª Comissão
100		Eduardo Delfino	ANA, Deputado da 5ª Comissão
101		Jorge Augusto	ANA, Deputado da 5ª Comissão
102		José Maria Jamba	ANA, Deputado da 5ª Comissão
103		José Joana André	ANA, Deputado da 5ª Comissão
104		João José Guerra de Freitas	ANA, Deputado da 5ª Comissão
105		Luís de Oliveira Rasgado	ANA, Deputado da 5ª Comissão
106		Manuel Fernandes	ANA, Deputado da 5ª Comissão
107		Mateus Isabel Júnior	ANA, Deputado da 5ª Comissão
108		Maria de Lourdes Caposso	ANA, Deputada da 1ª Comissão
109		Maria Rosa Escovaló	ANA, Deputado da 3ª Comissão
110		Carolina Cristina Elias	ANA, Deputado da 3ª Comissão
111		Maria Idalina de Oliveira Valente	ANA, Deputado da 3ª Comissão
112		Santa Simão Pedro	ANA, Deputado da 3ª Comissão
113		Araújo Kacyke Pena	ANA, Deputado da 3ª Comissão
114		Carlos Tiago Kandanda	ANA, Deputado da 3ª Comissão
115		Julião Mateus Paulo	ANA, Deputado da 3ª Comissão
116		Miguel Nzau Puna	ANA, Deputado da 3ª Comissão
117		Felino Job	ANA, Deputado da 3ª Comissão
118		Jose António Lopes Semedo	ANA, Deputado da 3ª Comissão
119	Alcides Sakala	ANA, Deputado da 3ª Comissão	
120	Cândida Narciso	ANA, Deputada da 3ª Comissão	

nº	País	Nome	Instituição & Função
121	Angola	Djamila Almeida	ANA, Deputada da 4ª Comissão
122		Victorino Nhani	ANA, Deputado da 4ª Comissão
123		Manuel Cruz Neto	ANA, Deputado da 6ª Comissão
124		Miraldina Jamba	ANA, Deputada da 6ª Comissão
125		Eduardo Nelumba	ANA, Deputado
126		Exalgina Gambôa	TC Angola, Juíza Conselheira Presidente
127		Domingas Garcia	TC Angola, Juíza Conselheira Vice-Presidente
128		Gilberto Magalhães	TC Angola, Juiz Conselheiro - Presidente da 2ª Câmara
129		Eva de Almeida	TC Angola, Juíza Conselheira da 1ª Câmara
130		Wálter Pacheco	TC Angola, Diretor Gabinete
131		Edna Rodrigues	TC Angola, Diretora Adjunta Gabinete Presidente
132		José Miguel	TC Angola, Diretor dos Serviços Técnicos
134		António Jorge	TC Angola, Técnico de Relações Internacionais
135		Glorita Biji	TC Angola, Chefe da 6ª Divisão
136		Elisa Magundo	TC Angola, Chefe da 4ª Divisão
137		Claudia Simões	TC Angola, Chefe da 8ª Divisao
138		Ilma Resende	TC Angola, Chefe da 5ª Divisão
139		Eloisa Freire	TC Angola, Chefe de Sessão 4ª Divisao
140		Marisa Dinis	TC Angola, Chefe de Sessão 5ª Divisao
141		Teresa Garcia	TC Angola, Chefe de Sessão 6ª Divisao
142	Isabel Tahambe	TC Angola, Chefe de Sessão da 7ª Divisao	
143	Nvela Antonio	TC Angola, Chefe de Sessão da 8ª Divisao	

nº	País	Nome	Instituição & Função
144	Angola	Elisama Correia	TC Angola, Técnica
145		Afonso Olubinda	TC Angola, Técnica
146		Almira Puna	TC Angola, Técnica
147		Gildo Cavunge	TC Angola, Técnico
148		Wladimir Neves	TC Angola, Técnico
149		Bruno Costa	TC Angola, Técnico
150		Joana Paula Sebastião André	MF Angola, Chefe departamento DGOE
151		Laurentino Vatileni Serafim	MF Angola, Chefe Departamento IGF
152		Celso Cachimbombo	MF Angola, Técnico Superior
153		Tatiany Gourgel	MF Angola, Técnica Superior
154		Antonio Santos	MF Angola,
155		Gertrudes Praxe	MF Angola, Técnica Superior

